

Relatório Anual | 2019



FICHA TÉCNICA

Título:

Contratação Pública em Portugal 2019



Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.
Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa
Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Data de edição: Novembro 2020

Os valores apresentados com referência à fonte “portal BASE” (www.base.gov.pt) foram apurados com recurso à ferramenta Power BI

ÍNDICE

1.	Introdução.....	7
2.	A contratação pública eletrónica em Portugal.....	8
3.	Montante da contratação pública.....	11
3.1.	Estatísticas da contratação pública.....	12
3.1.1.	Evolução dos contratos públicos.....	12
3.1.2.	Peso dos contratos públicos no Produto Interno Bruto (PIB).....	13
3.1.3.	Contratos públicos e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).....	14
3.1.4.	Contratos públicos e execução orçamental das administrações públicas.....	14
3.1.5.	Procedimentos iniciados versus contratos celebrados.....	16
3.2.	Contratação pública por tipo de contrato.....	18
3.3.	Contratos por ano de decisão e duração média dos procedimentos.....	21
3.3.1.	Contratos por ano de decisão de contratar.....	21
3.3.2.	Distribuição da celebração de contratos por mês.....	23
3.4.	Contratos por tipo de procedimento.....	24
3.5.	Procedimentos concursais versus procedimentos por convite.....	27
3.5.1.	Procedimentos concursais.....	29
3.5.2.	Ajustes diretos.....	32
3.5.2.1.	Ajustes diretos por razão material.....	37
3.5.3.	Consulta prévia.....	43
3.5.3.1.	Consulta prévia por razão material.....	47
4.	Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados.....	52
5.	Duração média dos procedimentos de contratação.....	57
6.	Número de concorrentes por procedimento.....	59
7.	Modalidade de adjudicação.....	61
7.1.	«Preço» vs «Melhor relação Qualidade - Preço».....	61
7.2.	«Melhor relação qualidade preço»: peso do fator preço.....	63
7.3.	Preços anormalmente baixos.....	65
8.	Intervenientes no processo de contratação Pública.....	70
8.1.	Entidades Adjudicantes.....	70
8.2.	Adjudicatários.....	74
8.2.1.	Peso dos contratos públicos sobre o volume de negócios dos adjudicatários.....	79
8.2.2.	Origem dos adjudicatários não nacionais.....	80
8.3.	Plataformas eletrónicas.....	81
8.3.1.	Contratos celebrados em 2019 com as plataformas eletrónicas para a aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação.....	81
8.3.2.	Contratos celebrados em 2019 por plataforma por onde tramitaram os respetivos procedimentos.....	82
9.	Execução dos contratos.....	85
9.1.	Desvio de preços.....	85
9.2.	Desvio de prazos.....	89

Quadro 1 – A contratação pública comunicada em Portugal: peso no PIB	13
Quadro 2 – A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção (milhares de euros).....	14
Quadro 3 – Contratos celebrados em 2019 por ano de decisão.....	21
Quadro 4 – Ajustes diretos em 2019, por CPV.....	36
Quadro 5 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2019, por razão material	41
Quadro 6 – Consulta Prévia em 2019, por CPV	46
Quadro 7 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2019, por razão material	51
Quadro 8 – Distribuição da contratação por CPV.....	70
Quadro 9 – Distribuição da contratação por CPV: comparação 2018/2019.....	70
Quadro 10 – Ranking das Entidades Adjudicantes com maior volume de contratação.....	74
Quadro 11 – Adjudicatários, por nacionalidade.....	74
Quadro 12 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV.....	78
Quadro 13 – Distribuição da contratação por CPV.....	80
Quadro 14 – Contratos com indicação da duração final do contrato.....	89
Gráfico 1 – Contratação pública em 2019	8
Gráfico 2 – Contratação pública eletrónica em Portugal em 2019: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal	9
Gráfico 3 - Evolução do ICPEP.....	10
Gráfico 4 – Os contratos públicos, em Portugal, no ano de 2019: números globais	11
Gráfico 5 – Os contratos públicos, em Portugal, nos anos de 2016 a 2019: números globais.....	12
Gráfico 6 – A contratação pública em função do PIB.....	13
Gráfico 7 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental (Milhões de Euros)	15
Gráfico 8 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental. Evolução 2011 a 2019 (Milhões de Euros)	15
Gráfico 9 - Comparação do número de procedimentos abertos com o número de contratos celebrados e do valor do preço base dos procedimentos abertos com os montantes contratuais (2019).....	16
Gráfico 10 – Relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no mesmo ano: evolução 2016 a 2019	17
Gráfico 11 – Contratação Pública por tipo de contrato, em 2019	18
Gráfico 12- Peso relativo dos Bens e Serviços face às Obras Públicas por Montantes Contratuais: 2016 a 2019.....	18
Gráfico 13- Número de contratos celebrados nos anos de 2016 a 2019.....	19
Gráfico 14- Valor dos contratos celebrados nos anos de 2016 a 2019 (em Milhões de Euros).....	20
Gráfico 15- Valor médio dos contratos celebrados nos anos de 2016 a 2019 (Euros)	20
Gráfico 16- Percentagem dos contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano	21
Gráfico 17- Valor médio dos contratos celebrados em 2019 em função do ano de decisão do procedimento (Euros).....	22
Gráfico 18- Distribuição dos contratos celebrados, por mês.....	23
Gráfico 19 - Contratação Pública por tipo de procedimento (2019)	24
Gráfico 20 - Número de contratos por tipo de procedimento: evolução 2016 a 2019	25
Gráfico 21 – Montantes contratuais por tipo de procedimento: evolução 2016 a 2019 (milhões de euros)	25
Gráfico 22- Número de contratos por tipo de procedimento (2019)	26
Gráfico 23- Montantes contratuais por tipo de procedimento (2019)	27
Gráfico 24 - Contratação Pública em 2019 por tipo de procedimento	27
Gráfico 25- Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão do número, nos anos de 2016 a 2019	28
Gráfico 26 - Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão dos montantes contratuais, nos anos de 2016 a 2019	28
Gráfico 27 - Contratos decorrentes de procedimentos concursais em 2019.....	29
Gráfico 28 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2016 a 2019	30
Gráfico 29 - Montantes dos contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2016 a 2019 (Milhões de Euros).....	31
Gráfico 30 - Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concursais, por tipo de contrato: 2016 a 2019 (Milhões de Euros).....	31
Gráfico 31 - Ajustes diretos em 2019	32
Gráfico 32 - Número de contratos por ajuste direto: 2016 a 2019	33
Gráfico 33 - Valor dos contratos por ajuste direto: 2016 a 2019 (em Milhões de Euros)	33
Gráfico 34 - Valor médio dos contratos por ajuste direto: 2016 a 2019.....	34
Gráfico 35 - Número de entidades adjudicantes que reportaram ajustes diretos	34
Gráfico 36 - Número de entidades adjudicantes que, tendo reportado contratos celebrados em 2019, reportaram (ou não) ajustes diretos.....	35
Gráfico 37 - Distribuição dos ajustes diretos, por tipo de entidade, em 2019.....	36
Gráfico 38 - Distribuição dos contratos por ajuste direto simplificado, por intervalos de valores contratuais	37
Gráfico 39 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais	37
Gráfico 40 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2019	38
Gráfico 41 - Evolução do número de contratos celebrados com base em critério material em 2019	38
Gráfico 42 - Evolução do Montante Contratual dos contratos celebrados com base em critério material em 2019	39
Gráfico 43 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2019	40
Gráfico 44 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2019	41
Gráfico 45 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material: comparação 2016 a 2019	42
Gráfico 46 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV: comparação.....	43
Gráfico 47 – Consultas Prévias em 2019.....	43
Gráfico 48 – Número de contratos por consulta prévia em 2019.....	44
Gráfico 49 – Valor dos contratos por consulta prévia em 2019.....	44
Gráfico 50 – Valor médio dos contratos por consulta prévia em 2019	45
Gráfico 51 - Distribuição das consultas prévias, por tipo de entidade, em 2019.....	46
Gráfico 52 - Distribuição dos contratos por consulta prévia, por intervalos de valores contratuais	47
Gráfico 53 – Peso relativo dos contratos por consulta prévia por razões materiais.....	47

Gráfico 54 – Peso relativo dos contratos por consulta prévia e por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2019.....	48
Gráfico 55 - Número de contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2019	48
Gráfico 56 - Montante Contratual dos contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2019.....	49
Gráfico 57 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2019	50
Gráfico 58 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2019	50
Gráfico 59 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material	51
Gráfico 60 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV.....	52
Gráfico 61 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019 (Milhões de Euros).....	52
Gráfico 62 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por CPV	53
Gráfico 63 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por tipo de procedimento	54
Gráfico 64 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por tipo de contrato	55
Gráfico 65- Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por tipo de entidade adjudicante.....	55
Gráfico 66 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por intervalo de valor contratual – bens e serviços.....	56
Gráfico 67 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por intervalo de valor contratual – obras públicas.....	57
Gráfico 68- Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2019, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (todos os contratos exceto os ajustes diretos simplificados)	57
Gráfico 69- Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2019, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (contratos resultantes de procedimentos concursais)	58
Gráfico 70- Número médio de propostas por procedimento (2019).....	59
Gráfico 71- Número de propostas por procedimento: procedimentos concursais (2019).....	60
Gráfico 72- Número de propostas por procedimento: ajustes diretos para aquisição de bens e serviços (2019).....	60
Gráfico 73- Modalidade de adjudicação nos procedimentos abertos (concursos públicos e concursos limitados).....	61
Gráfico 74 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por número de contratos: variação de 2016 para 2019.....	62
Gráfico 75– Peso relativo dos critérios de adjudicação por montantes contratuais: variação de 2016 para 2019	62
Gráfico 76– Valor médio dos contratos precedidos de procedimento concorrencial, por modalidade de adjudicação: variação de 2016 para 2019	63
Gráfico 77- Distribuição do peso do fator «preço» ou análogo na apreciação das propostas de procedimentos abertos em 2019	64
Gráfico 78- Distribuição acumulada do peso do fator preço ou análogo na apreciação das propostas: comparação dos anos 2018 e 2019.....	64
Gráfico 79 – Percentagem do número de contratos nos quais o fator preço ou análogo teve preponderância maioritária	65
Gráfico 80 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): ano de 2019	66
Gráfico 81 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): evolução 2016 a 2019.....	67
Gráfico 82 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas : ano de 2019	67
Gráfico 83 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas : evolução 2016 a 2019.....	68
Gráfico 84 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas) dos procedimentos concursais : ano de 2019	68
Gráfico 85 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas dos procedimentos concursais : ano de 2019	69
Gráfico 86– Número de Entidades Adjudicantes que reportaram contratos: evolução de 2016 a 2019	71
Gráfico 87- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade (2019)	71
Gráfico 88- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade: evolução 2016 a 2019.....	72
Gráfico 89- Número de Entidades Adjudicantes que reportaram um único contrato por ajuste direto, ou não reportaram qualquer contrato por ajuste direto, tendo reportado outros contratos	73
Gráfico 90- Contratação pública em 2019 por tipo de Entidade	73
Gráfico 91- Entidades adjudicatárias, por nacionalidade: evolução 2016 a 2019	75
Gráfico 92 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa.....	75
Gráfico 93 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Bens e Serviços.....	76
Gráfico 94 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Obras Públicas	77
Gráfico 95 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV.....	77
Gráfico 96– Número de situações em que o peso dos contratos celebrados com uma determinada entidade adjudicante em 2019 representou mais de 20% do volume de negócios de 2019 do operador económico	79
Gráfico 97- Classificação por tipo das empresas cujos contratos públicos celebrados foi superior ao volume de negócios (2019).....	80
Gráfico 98- Número de Entidades Adjudicatárias, por país (2019)	80
Gráfico 99- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada	81
Gráfico 100- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada: evolução 2016 a 2019.....	82
Gráfico 101- Distribuição do número de contratos e dos montantes contratuais tramitados, por plataforma.....	83
Gráfico 102- Distribuição dos montantes contratuais, por plataforma: evolução 2016 a 2019	83
Gráfico 103- Distribuição dos números e montantes contratuais, por plataforma: ano de 2019	84
Gráfico 104- Contratos com indicação do preço total efetivo.....	85
Gráfico 105- Desvios de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços	86
Gráfico 106- Desvios de preços por intervalo de variação: Obras Públicas.....	86
Gráfico 107- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de contrato	87
Gráfico 108- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de procedimento	87
Gráfico 109- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de entidade adjudicante	88
Gráfico 110- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por CPV (número de contratos)	89
Gráfico 111- Desvios de prazos por intervalo de variação: Bens e Serviços	90

Siglas

ALC	Acima dos limiares comunitários
BS	Bens e Serviços
CCP	Código dos Contratos Públicos.
CPV	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
ICPEP	Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal
IM _(alc)	Índice de Manchester (acima dos limiares comunitários)
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
K	Milhar
ME	Milhões de euros
OP	Obras Públicas
PE	Plataformas Eletrónicas
PIB	Produto Interno Bruto
pp	Pontos Percentuais
PME	Pequenas e Médias Empresas

1. INTRODUÇÃO

O Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) procede à publicação do relatório anual sobre a contratação pública em Portugal relativo ao ano de 2019, com o qual se pretende divulgar os principais indicadores relativos à contratação pública e potenciar um melhor conhecimento desta área, à semelhança do já sucedido em anos anteriores¹ recorrendo à ferramenta Power BI.

Este relatório é possível pela existência do portal BASE, criado no âmbito da reforma introduzida na contratação pública em 2008, designadamente no que respeita à introdução, com caráter obrigatório, da contratação pública eletrónica, que constitui o repositório dos contratos públicos.

Integrado no modelo de contratação pública eletrónica que o nosso país adotou em 2009, o portal BASE, para além do papel relevante em sede de transparência e prestação de contas, designadamente pelo seu livre acesso, também permite a elaboração de análises que de outro modo não seriam passíveis de serem feitas, pelo menos nos mesmos moldes, com as quais o conhecimento concreto sobre a contratação pública em Portugal é certamente maior, permitindo uma decisão mais informada aquando do desenho de políticas públicas.

Sendo evidente o carácter inovador do modelo português de contratação pública eletrónica, designadamente a previsão de um portal com as características e os objetivos do portal BASE, e com a transposição das novas diretivas da contratação pública² para o ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que veio alterar o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto –Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2018 e aplicável apenas aos procedimentos cuja data de decisão de contratar seja posterior a essa data, o presente relatório procura ainda adaptar-se às mudanças e espelhar a informação decorrente das mesmas.

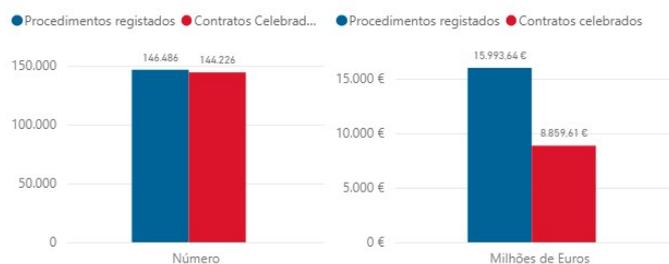
¹Relatórios relativos aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 disponíveis no portal do IMPIC (<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/relatorios-e-dados-estatisticos/relatorios-de-contratacao-publica>) e no portal BASE (<http://www.base.gov.pt/Base/pt/Relatorios>).

² Diretivas 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas de 28 de março.

2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL

No ano de 2019 foram registados no portal BASE 146 486³ procedimentos cujo respetivo preço base⁴ ascendeu a 15 994 milhões de euros. No mesmo período, o número de contratos celebrados e reportados ao portal BASE – independentemente do ano de início do procedimento – foi de 144 226, a que corresponderam 8 860 milhões de euros em termos de valores contratuais. No ano de 2019 os valores agregados excluem os Ajustes Diretos Simplificados.

Gráfico 1 – Contratação pública em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

³ Incluindo-se, neste número, todos os procedimentos de contratação, exceto os ajustes diretos simplificados e a contratação excluída (em 2017 o valor de 569 482 procedimentos incluía, neste número, todos os procedimentos de contratação, designadamente os ajustes diretos simplificados e a contratação excluída)

⁴ Preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, excluindo os ajustes diretos (art.º 47.º, n.º1 do Código dos Contratos Públicos).

Dos procedimentos iniciados durante o ano de 2019, a percentagem de procedimentos cuja tramitação decorreu através de uma das cinco plataformas eletrónicas certificadas para a contratação pública⁵ foi de 45,5%, resultante em parte da não obrigatoriedade de tramitação dos ajustes diretos e das consultas prévias nas plataformas.

Gráfico 2 – Contratação pública eletrónica em Portugal em 2019: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal⁶



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

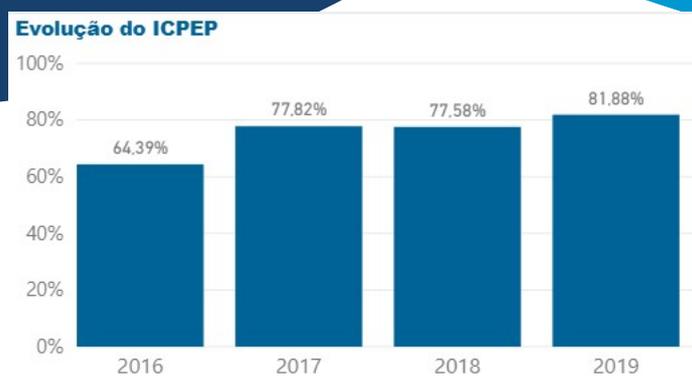
A representatividade da contratação tramitada por plataformas eletrónicas foi mais significativa quando nos reportamos aos valores monetários inerentes aos procedimentos de contratação: a soma dos preços base dos procedimentos tramitados por plataformas de contratação pública ascendeu a 81,9% do somatório do preço base de todos os procedimentos abertos em 2019.

⁵ Plataformas de empresas que foram licenciadas e certificadas pelo IMPIC e pelo GNS nos termos do art.º 7.º e do art.º 8.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

⁶ Relativamente aos anos anteriores (2010 e 2011) o apuramento do ICPEP foi alterado: ao invés de se utilizar como critério os contratos celebrados no ano, optou-se por utilizar os procedimentos abertos no ano.

Esta metodologia parece-nos mais adequada por duas ordens de razão: *i*) em primeiro lugar porque a utilização do número de contratos apela à consideração de procedimentos abertos em anos anteriores, em que supostamente o recurso de plataformas eletrónicas estaria menos em voga; *ii*) em segundo lugar porque a utilização dos contratos celebrados não teria em conta os procedimentos que, apesar de iniciados, não tinham dado lugar a qualquer contrato (o que não significa que não tivesse havido procedimento e que o mesmo não tenha sido tramitado por via de plataforma eletrónica).

Gráfico 3 - Evolução do ICPEP



Assim, o Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal (ICPEP) – índice que pretende monitorizar o peso da contratação pública tramitada através de plataformas que hoje em dia estão devidamente certificadas para assegurar os procedimentos de contratação pública – foi de 82%. Em 2019 o valor do índice foi superior ao registado no ano de 2018.

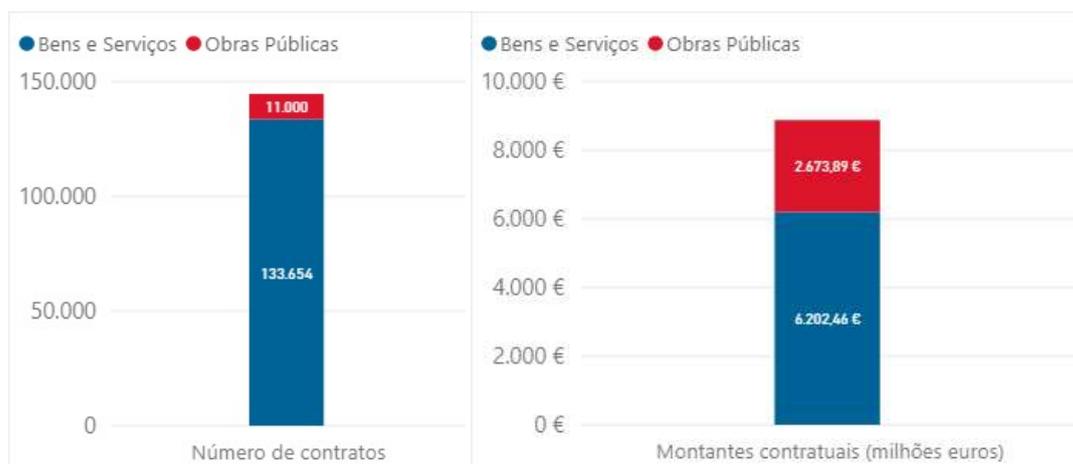
Uma vez que os procedimentos concursais⁷ são, obrigatoriamente, tramitados através de plataformas eletrónicas para a contratação pública, o valor deste indicador depende da evolução dos procedimentos de contratação iniciados com recurso ao ajuste direto e à consulta prévia - os quais tiveram um incremento no seu peso relativo (cfr. item 3.5.2 e 3.5.3) - dado que, nestes procedimentos, a utilização de uma plataforma pública de contratação está sujeita à discricionariedade da entidade adjudicante.

⁷ Concursos públicos e concursos limitados (Procedimentos com anúncio em Diário da República)

3. MONTANTE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2019, os contratos públicos reportados ao portal BASE⁸ atingiram 8,88 mil milhões de euros, em resultado de 144 654 contratos celebrados.

Gráfico 4 – Os contratos públicos, em Portugal, no ano de 2019: números globais



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

⁸ Cumpre alertar (como tem sido feito nos relatórios precedentes) para a possibilidade de os contratos reportados não serem, efetivamente, todos os contratos celebrados por entidades adjudicantes. Para além de entidades que possam não ter procedido ao registo dos seus contratos por desconhecimento, ou por outras razões, existem outros contratos que, atenta a natureza e o enquadramento jurídico, poderão não ter sido integralmente reportados ao portal BASE, designadamente:

- Os contratos cujo preço contratual seja inferior a 5 000 euros;
- Os contratos de aquisição de serviços de água e energia elétrica;
- Os contratos das entidades inseridas nos sectores especiais (água, energia, transportes e serviços postais) abaixo dos limiares comunitários;
- Os contratos excluídos nos termos do artigo 4.º do CCP;
- Os contratos resultantes de procedimentos não sujeitos à parte II do CCP, nos termos do respetivo artigo 5.º (ex: contratação “in house”).

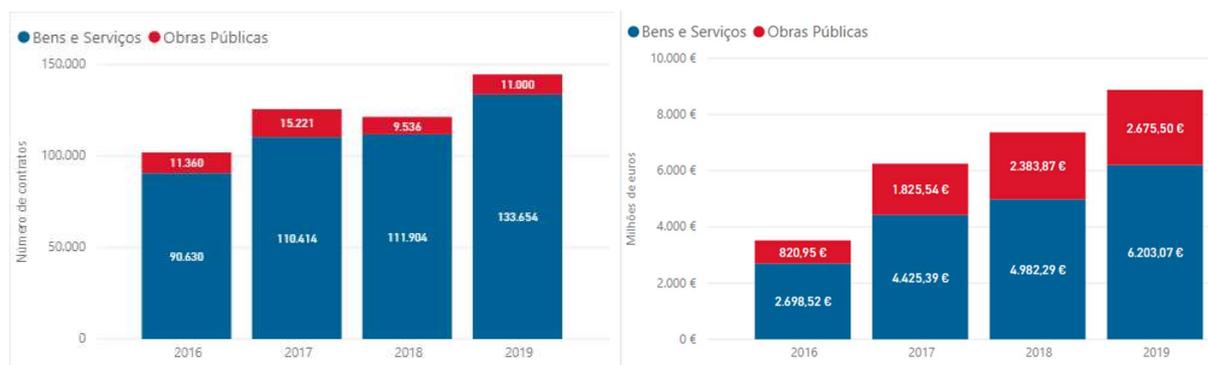
3.1. ESTATÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.1.1. EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Face aos anos precedentes, em 2019 observou-se um aumento do número de contratos públicos reportados ao portal BASE. Esta alteração foi especialmente notada ao nível dos bens e serviços, que de 2018 para 2019 – aumentaram 19,4%. Nas obras públicas registou-se uma variação de +15,4% quando comparado com o ano de 2018.

Relativamente aos montantes contratuais, face ao ano de 2018 registou-se um aumento global de 20,5% (+1 512 milhões de euros). Esta variação decompõe-se numa variação positiva de +24,5%, no caso dos bens e serviços, isto é, +1 221 milhões de euros face a 2018, e uma variação de +12,2% no caso das obras públicas (correspondentes a 292 milhões de euros).

Gráfico 5 – Os contratos públicos, em Portugal, nos anos de 2016 a 2019: números globais



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.1.2. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

No ano de 2019, o peso dos valores contratuais comunicados ao portal BASE representou 3,26% do PIB, que face ao ano anterior representa um acréscimo de 0,57 p.p.

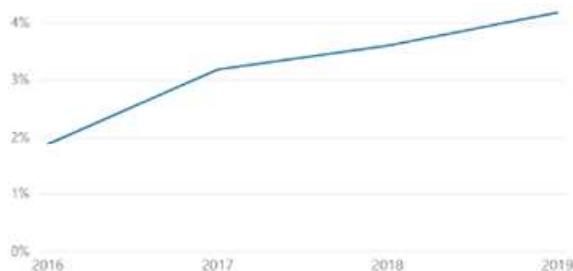
Quadro 1 – A contratação pública comunicada em Portugal: peso no PIB

Ano	PIB (M€)	PIB Var. %	Valor Contratual (M€)	Peso Contratação face ao PIB	Valor Contratual (Data Celebração, Hom., Var. %)
2016	186.489,81 €		3.519,47 €	1,89%	
2017	195.947,21 €	5,07%	6.250,98 €	3,19%	77,61%
2018	204.304,76 €	4,27%	7.366,18 €	3,61%	17,84%
2019	212.253,92 €	3,89%	8.878,57 €	4,18%	20,53%
Total	798.995,71 €	36,18%	26.015,20 €	3,26%	51,81%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 23-09-2019)

Tomando como base indicadores para 2017 estimados pela Comissão Europeia, em Portugal a contratação pública nesse ano deveria representar 9,1% do PIB, sendo que os contratos públicos reportados ao portal BASE se ficaram pelos 4,18% em 2019.

Gráfico 6 – A contratação pública em função do PIB



Fonte: portal BASE (setembro 2020)
INE Contas Nacionais Trimestrais

3.1.3. CONTRATOS PÚBLICOS E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)

No caso dos contratos públicos respeitantes a obras públicas reportadas ao portal BASE, de 2018 para 2019 aumentaram para 2 676 milhões de euros.

Quadro 2 – A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção (milhares de euros)

Ano	Formação Bruta Capital Fixo - Construção (M€)	Formação Bruta Capital Fixo - Construção Var. %	Valor Contratual (M€)	Valor Contratual (Data Celebração, Hom., Var. %)	Peso Contratação face ao FBCF - Construção
2016	13.951,04 €		820,95 €		5,88%
2017	16.262,42 €	16,57%	1.825,55 €	122,37%	11,23%
2018	18.011,96 €	10,76%	2.383,87 €	30,58%	13,23%
2019	20.275,31 €	12,57%	2.675,50 €	12,23%	13,20%
Total	68.500,74 €	42,04%	7.705,86 €	53,19%	11,25%

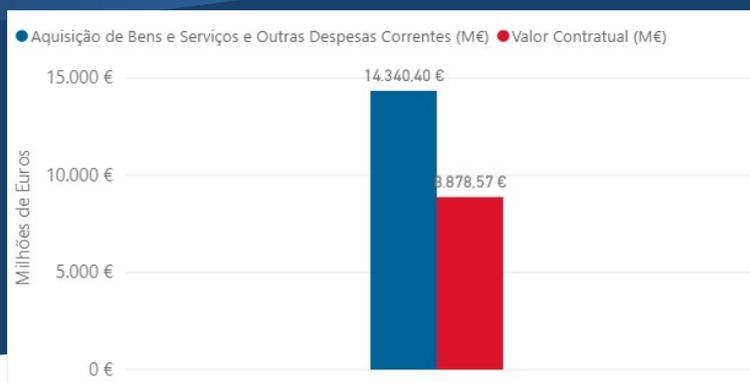
Fonte: portal BASE (setembro 2020)
INE Contas Nacionais Trimestrais

Apesar do aumento no valor dos contratos de obras públicas reportados ao portal BASE, a relação entre o montante contratual global e a formação bruta de capital fixo na construção desceu em 0,03 pontos percentuais, passando a representar 13,20% daquele indicador.

3.1.4. CONTRATOS PÚBLICOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Comparando os valores contratuais reportados ao Portal BASE com a execução orçamental das Administrações Públicas, constatamos que em 2019 o montante contratual global dos contratos reportados ao portal BASE, no valor de 8 879 milhões de euros (incluindo as obras públicas), equivaleu a 61,9% das rubricas «aquisição de bens e serviços» e «outras despesas correntes» da execução.

Gráfico 7 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental (Milhões de Euros)

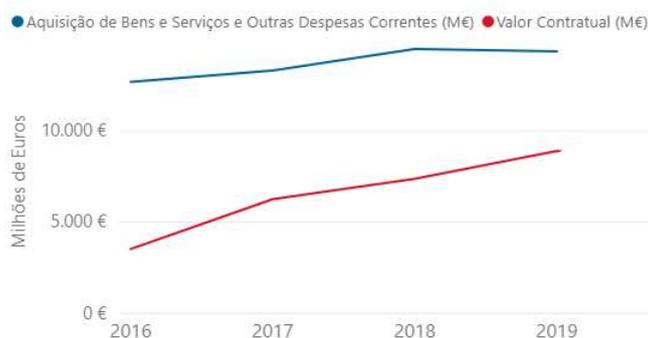


Fonte: portal BASE (setembro 2020)
Direção Geral do Orçamento (Síntese da Execução orçamental jan a dez 2019)

Ainda que o valor da execução orçamental possa estar a ser influenciado por contratos celebrados em anos anteriores, bem como por contratação excluída da aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos, atento o valor da execução orçamental seria expectável um maior valor de contratos públicos reportados ao portal BASE (é, no entanto, de considerar que existem contratos que pela sua natureza (como por exemplo as rendas) não são naturalmente reportados).

Esta situação, aliás, tem sido recorrente nos últimos anos, durante os quais o valor dos contratos reportados ao portal BASE oscilou entre 27,8% (2016) e 50,9% (2018). No entanto a tendência tem sido positiva, tendo em 2019 atingido o maior valor dos últimos anos.

Gráfico 8 – A contratação pública em Portugal: comparação com a execução orçamental. Evolução 2011 a 2019 (Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)
Direção Geral do Orçamento (Síntese da Execução orçamental jan a dez 2019)

3.1.5. PROCEDIMENTOS INICIADOS VERSUS CONTRATOS CELEBRADOS

Como referido atrás, no ano de 2019 foram reportados ao portal BASE 146 487 procedimentos iniciados (a que corresponderam 15 994 milhões de euros de preço base) e 144 654 contratos (traduzidos em 8 878 milhões de euros de preço contratual).

Por comparação com o ano de 2018, em 2019 constatou-se um aumento no número de novos procedimentos (mais 16 958 procedimentos, ou seja, +13,1%), assim como um aumento no número de novos contratos (mais 23 213 novos contratos, isto é, +19,1%).

Gráfico 9 - Comparação do número de procedimentos abertos com o número de contratos celebrados e do valor do preço base dos procedimentos abertos com os montantes contratuais (2019)



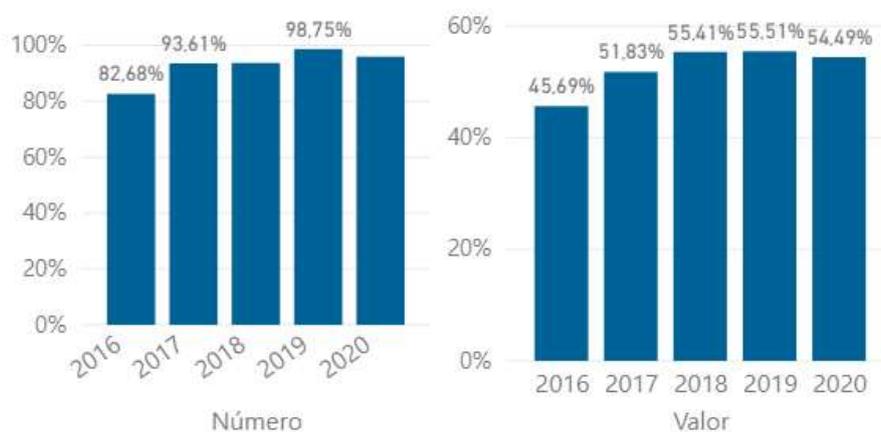
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Nos valores associados aos procedimentos e contratos em causa, no ano de 2019 o valor agregado do preço base dos procedimentos abertos aumentou em 2 701 milhões de euros, registando-se também um aumento nos valores contratuais que tiveram um acréscimo de 1 512 milhões de euros (+20,5%) face a 2018.

Embora sejam conceitos distintos⁹, é possível, ainda assim, relacionar os procedimentos com os contratos celebrados no mesmo período. A relação entre o número de contratos celebrados e o número de procedimentos de contratação iniciados em 2019 foi, pois, de 98,7%, em termos de números, e de 55,5%, em termos de montantes contratuais.

Face ao ano de 2018, registou-se um aumento no grau de conclusão dos procedimentos, isto é, a relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no ano, no que respeita ao número de contratos (+5 p.p.) assim como, no que respeita ao valor (+0,1 p.p.).

Gráfico 10 – Relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no mesmo ano: evolução 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

⁹ O procedimento de contratação traduz-se na abertura de um processo que se espera vir a originar a celebração de um contrato. É, todavia, possível que alguns procedimentos não resultem em contrato, seja por não haver concorrentes, por a entidade adjudicante ter, entretanto, decidido não adjudicar, ou por outros motivos.

Em sentido inverso, é possível que a um determinado procedimento correspondam vários contratos. Será disso exemplo os contratos por lotes ou os contratos celebrados ao abrigo de acordos-quadro.

3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR TIPO DE CONTRATO

Gráfico 11 – Contratação Pública por tipo de contrato, em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Do número de contratos reportados ao portal BASE no ano de 2019, a grande maioria (92%) respeita a aquisição de bens e serviços. No que respeita aos montantes contratuais, os bens e serviços foram, igualmente, maioritários, ainda que com uma menor expressão relativa (70%).

A estrutura dos contratos públicos em 2019 continuou a inverter ligeiramente a tendência que se tem observado desde 2010 (constatado nos primeiros relatórios da contratação pública), em que o peso dos contratos relativos a obras públicas¹⁰ tem vindo a descer relativamente à aquisição de bens e serviços. Se em 2010 os contratos relacionados com obras públicas representavam a maioria do valor total dos contratos públicos, em 2019 o seu peso ficou-se pelos 30%.

Gráfico 12- Peso relativo dos Bens e Serviços face às Obras Públicas por Montantes Contratuais: 2016 a 2019



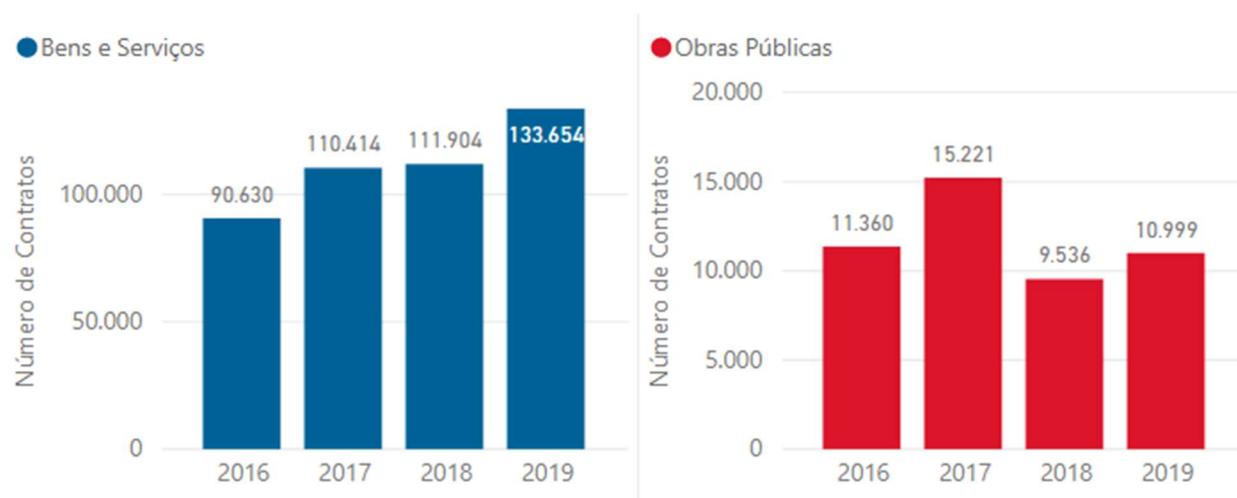
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

¹⁰ Considerando-se incluído nas «obras públicas» os serviços relacionados com obras públicas.

O número de contratos de bens e serviços celebrados em 2019 representa um acréscimo de 19,4 % face ao ano de 2018 (+21 750), e um acréscimo de 47,5% (+43 024) face ao ano de 2016.

Já no que respeita às obras públicas, não se manteve a tendência do último ano, e em 2019 registou-se um aumento do número de contratos, sendo a variação de +15,3% (+ 1 463) face a 2018.

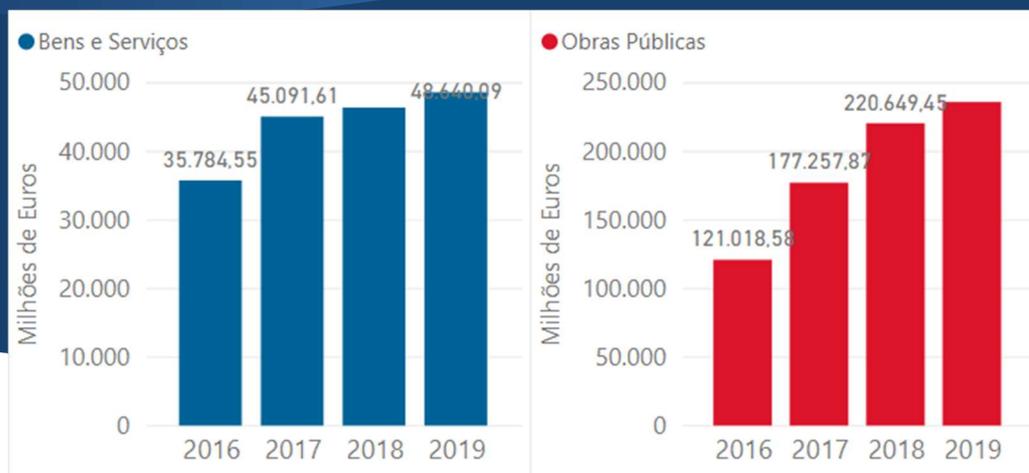
Gráfico 13- Número de contratos celebrados nos anos de 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Relativamente ao valor dos contratos celebrados de bens e serviços, registou-se um aumento de 24,5% (1 220 milhões de euros) face a 2018. Quanto às obras públicas, registou-se uma variação de +12,2% (+292 milhões de euros).

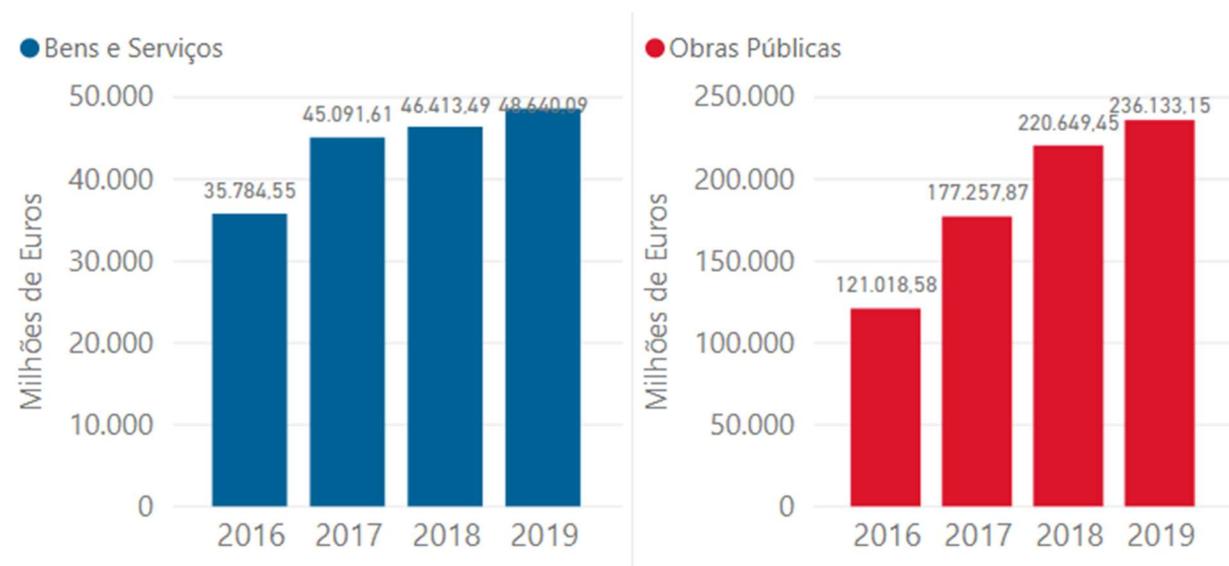
Gráfico 14- Valor dos contratos celebrados nos anos de 2016 a 2019 (em Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Quanto ao valor médio por contrato, no caso das obras públicas, o valor médio observado em 2019 foi de 236 133,15 €, o que representou um aumento face ao ano de 2018 de 7%, (+15 484 € por contrato). No caso dos bens e serviços, o valor médio deste tipo de contratos em 2019 foi de 48 640 €, traduzindo um aumento de 4,8% (+2 227 € por contrato) face ao ano de 2018.

Gráfico 15- Valor médio dos contratos celebrados nos anos de 2016 a 2019 (Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.3. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO E DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS

3.3.1. CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO DE CONTRATAR

Analisando os contratos por ano de decisão de contratar, constata-se que 79,1% dos contratos celebrados em 2019 resultam de procedimentos de contratação iniciados no próprio ano. Apenas 23,8% dos contratos haviam sido iniciados no ano de 2018, podendo-se considerar como residuais os contratos celebrados em 2019 decorrentes de procedimentos iniciados antes de 2017.

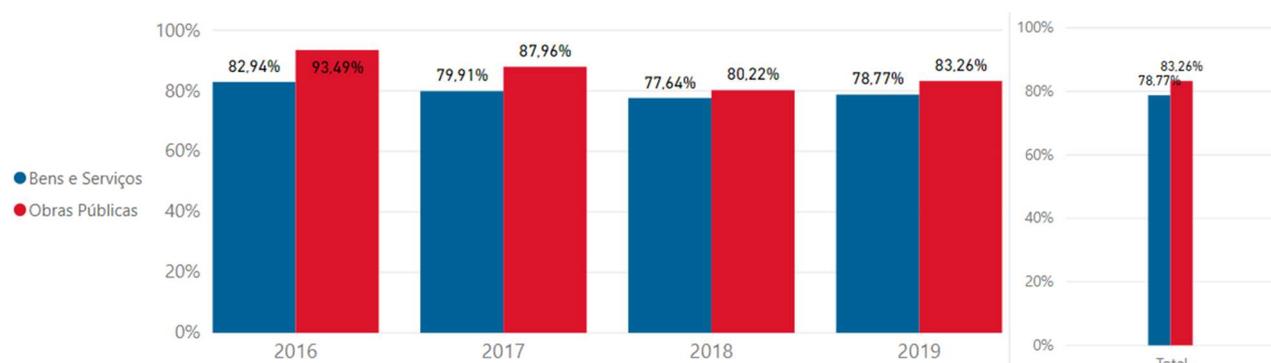
Quadro 3 – Contratos celebrados em 2019 por ano de decisão

Tipo Contrato	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Bens e Serviços	1	1	1	3	2	2	2	12	32	70	447	2.248	25.555	105.278	133.654
Obras Públicas					3		1		1	6	21	103	1.706	9.158	10.999
Total	1	1	1	3	5	2	3	12	33	76	468	2.351	27.261	114.436	144.653

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Comparando os anos de 2018 e 2019, podemos constatar que, neste último ano, os contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano foi ligeiramente superior.

Gráfico 16- Percentagem dos contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Dos contratos de obras públicas celebrados em 2019 é possível notar uma diferenciação no valor médio dos contratos (consoante o ano de abertura do procedimento), traduzindo-se no aumento do valor médio do contrato consoante o ano de abertura do procedimento de contratação tenha sido mais recente, no caso dos bens e serviços o valor médio é mais estável nos últimos anos.

Gráfico 17- Valor médio dos contratos celebrados em 2019 em função do ano de decisão do procedimento (Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.3.2. DISTRIBUIÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS POR MÊS

Analisando a distribuição do número de contratos públicos celebrados ao longo dos meses, constata-se que o menor número de contratos celebrados aconteceu em junho e agosto. Já em maio, foram outorgados 10% dos contratos.

No que respeita aos valores contratuais, a distribuição, variou entre 5,62% (junho) e 10,73% (em maio).

Em termos de valores médios dos contratos, registou-se uma oscilação ao longo do período, sendo o mês de outubro o mês com o maior valor médio (74 404 €).

Gráfico 18- Distribuição dos contratos celebrados, por mês



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.4. CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Dos contratos celebrados durante o ano de 2019, o tipo de procedimento a que se recorreu com maior frequência foi o ajuste direto, representando 50,1% do número total de procedimentos, seguindo-se a consulta prévia (27,1%). Em termos de montantes contratuais, o seu peso relativo foi menor (19,7% e 13,7% respetivamente).

Gráfico 19 - Contratação Pública por tipo de procedimento (2019)

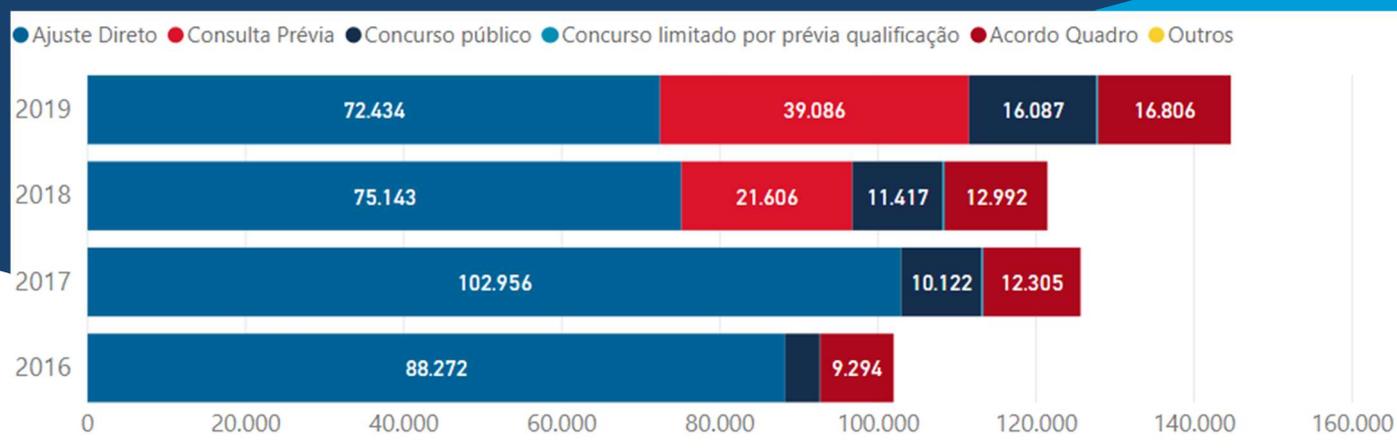


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Em termos de número de contratos, registou-se um aumento global (+19,1%), sendo de destacar a diminuição dos ajustes diretos por via da substituição pela consulta prévia, já registada no ano anterior. O número de contratos decorrentes de acordos-quadro, parecendo subavaliado¹¹ em anos anteriores, sobe em 2019, tendo sido registados 16 806 contratos. Nos outros procedimentos estão incluídos aqueles com menos expressão (diálogo concorrencial, disponibilização de bens imóveis, procedimento de negociação e parceria para a inovação).

¹¹ É, todavia, de sublinhar que foi alterada a forma de reporte de tais contratos, quando associados aos acordos-quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPap), que deverão ter reflexos nos anos subsequentes.

Gráfico 20 - Número de contratos por tipo de procedimento: evolução 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No que respeita aos montantes contratuais, a variação também foi positiva (+20,5%). Neste âmbito destacaram-se percentualmente os procedimentos por consulta prévia, com uma variação positiva de +83%.

Gráfico 21 - Montantes contratuais por tipo de procedimento: evolução 2016 a 2019 (milhões de euros)



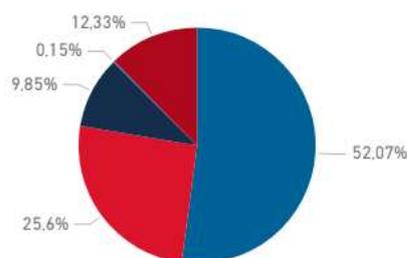
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Analisando a utilização dos diversos procedimentos de contratação por tipo de contratos, constatamos que o peso dos ajustes diretos é mais relevante no caso dos bens e serviços (52,1%) do que nas obras públicas (25,8%). O mesmo já não sucede com os procedimentos por Consulta Prévia, mais relevantes nos contratos de obras públicas (44,32%) do que nos contratos de aquisição de bens e serviços (25,6%).

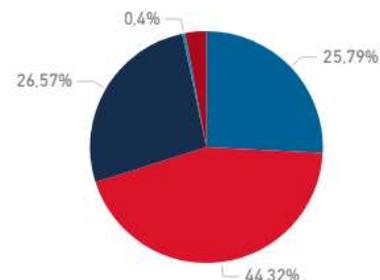
Gráfico 22- Número de contratos por tipo de procedimento (2019)

Bens e serviços

● Ajuste Direto ● Consulta Prévia ● Concurso público ● Concurso limitado por prévia qualificação ● Acordo Quadro



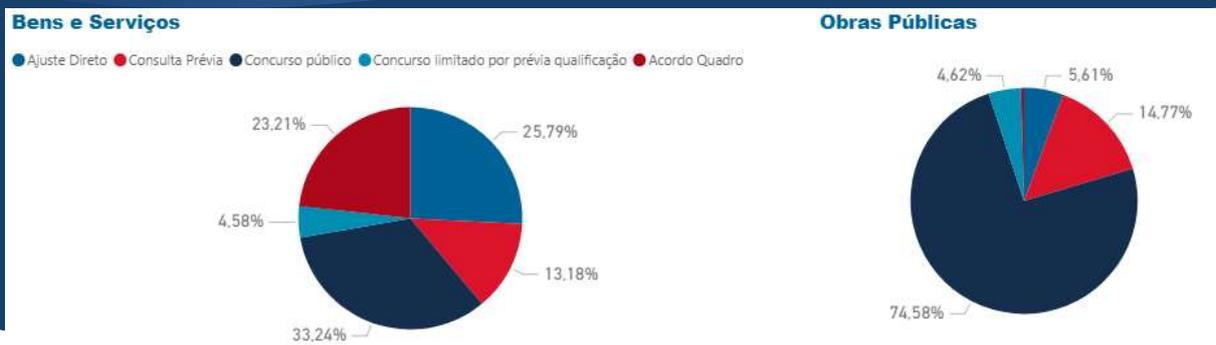
Obras Públicas



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Por montantes contratuais, os contratos decorrentes de procedimentos por concurso público e concurso limitado são maioritários nas obras públicas (79,2%) comparando com os bens e serviços (37,9%). Em sentido oposto, os contratos celebrados na sequência de ajustes diretos são relativamente mais relevantes no caso de aquisição de bens e serviços (25,8%), representando 5,6% dos contratos de obras públicas.

Gráfico 23- Montantes contratuais por tipo de procedimento (2019)

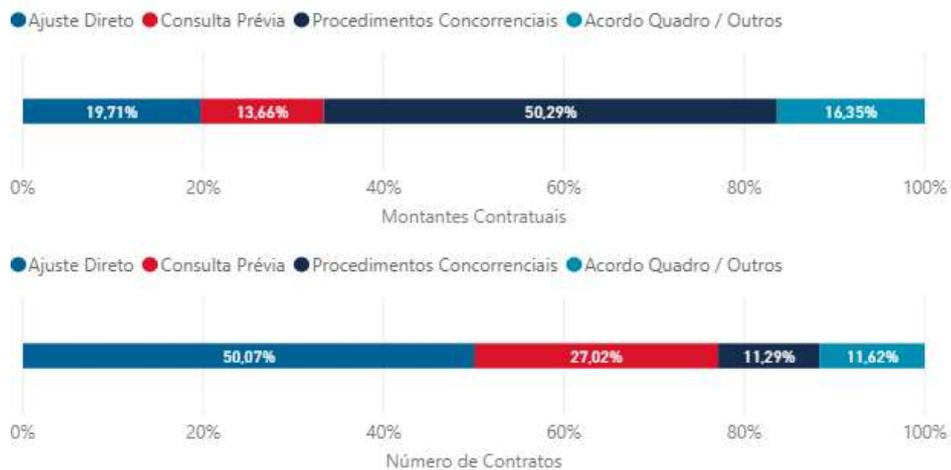


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.5. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS VERSUS PROCEDIMENTOS POR CONVITE

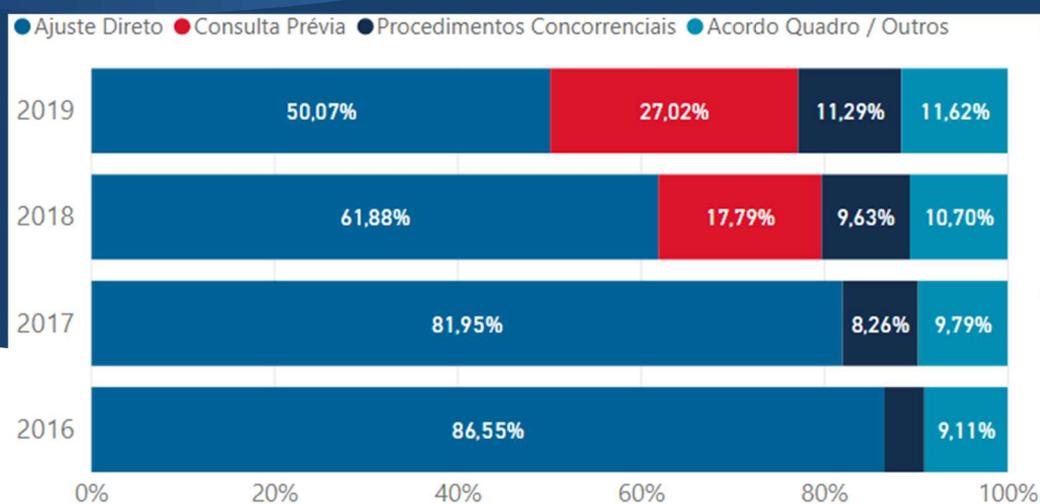
O peso dos contratos precedidos por procedimentos concursais (concursos públicos e concursos limitados por prévia qualificação) em termos de número de contratos, foi de 11,3%, em 2019, mas de 50,3% no que respeita aos valores contratuais. Já os contratos precedidos por procedimentos de ajuste direto e consulta prévia representaram 77,1% do número total de contratos e 33,4% dos montantes contratuais celebrados em 2019.

Gráfico 24 - Contratação Pública em 2019 por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Gráfico 25- Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão do número, nos anos de 2016 a 2019

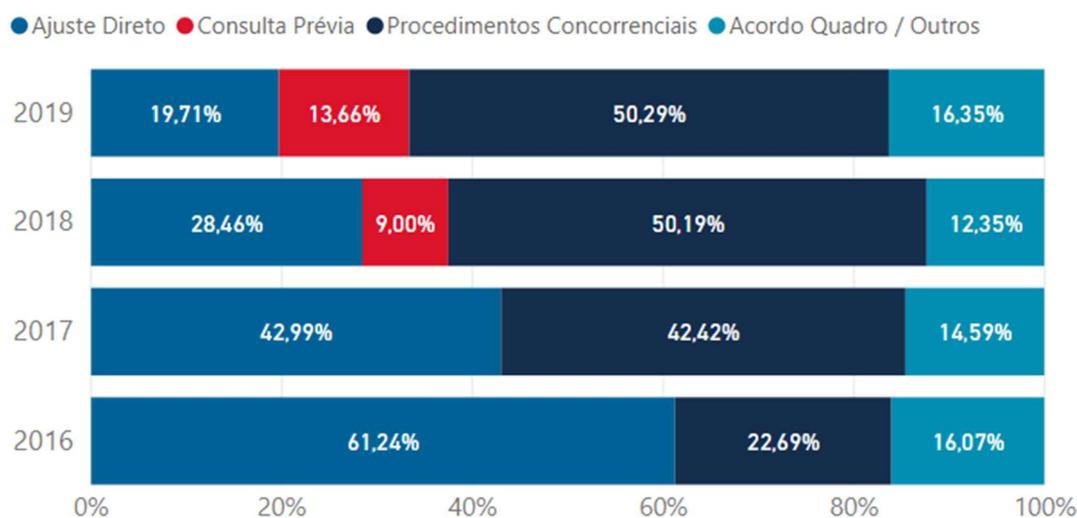


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Face a 2018, salienta-se o acréscimo do procedimento por consulta prévia (novidade em 2018) representando 27,1% dos procedimentos em 2019, conjuntamente com o ajuste direto detêm 77,1% verificando-se assim uma diminuição do peso relativo do número de procedimentos por ajuste direto, que passaram de uma quota de 61,9% para 50,1%.

Analisando o peso dos contratos por montante contratual, os procedimentos por ajuste direto deixaram de representar grande parte dos contratos celebrados, embora juntamente com a consulta prévia representem 33,4% dos contratos. Verifica-se em 2019 um aumento do peso dos contratos decorrentes de procedimentos por acordo-quadro (16,35%, isto é, +4 pontos percentuais face a 2018).

Gráfico 26 - Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão dos montantes contratuais, nos anos de 2016 a 2019



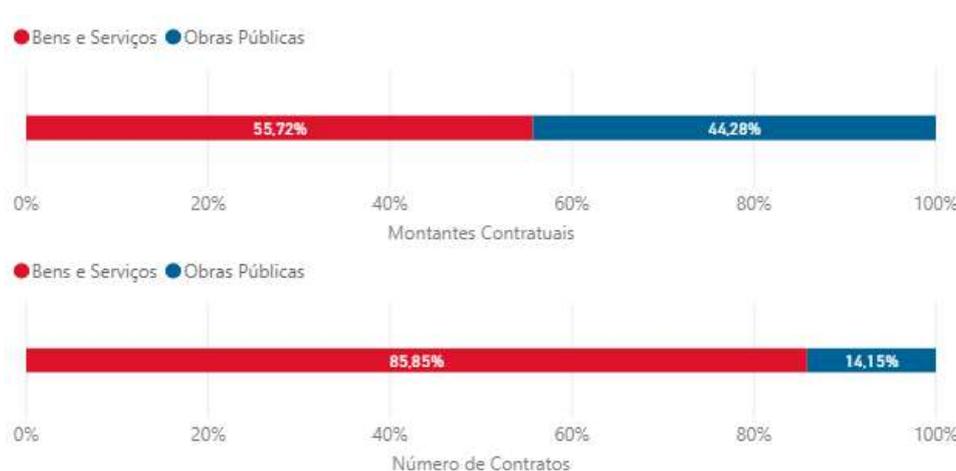
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.5.1. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

O número e os montantes contratuais dos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais ganharam algum espaço em relação aos demais procedimentos em termos da sua representatividade na contratação pública, no ano de 2019.

Nos procedimentos concursais, 85,85% (47 572) do número de contratos, correspondentes a 55,72% (3 163 milhões de euros) dos montantes contratuais respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 14,15% dos contratos (7 841) e 44,28% dos montantes contratuais relativos a contratos relacionados com obras públicas.

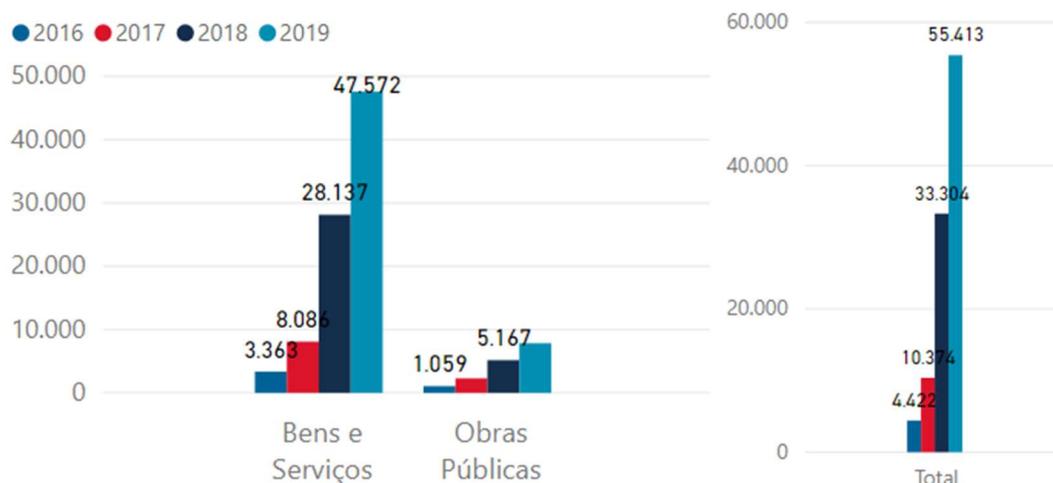
Gráfico 27 - Contratos decorrentes de procedimentos concursais em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Face ao ano de 2018, os dados apurados denotam um aumento do número de contratos reportados no caso dos bens e serviços (69,1%), assim como no caso das obras públicas (51,8%).

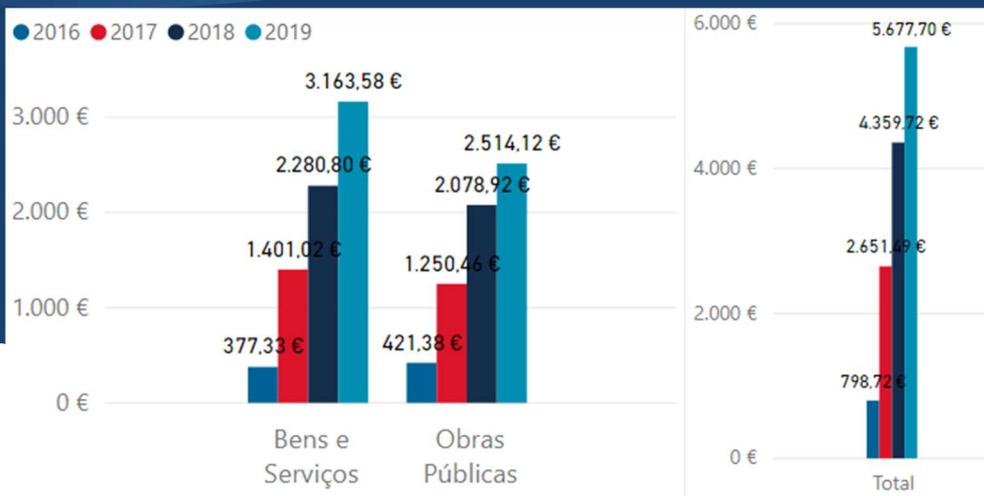
Gráfico 28 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Analisando por montantes contratuais, registou-se um aumento dos valores (30,2%), justificado pelo aumento tanto no caso das obras públicas (20,9%) como no caso dos bens e serviços (38,7%).

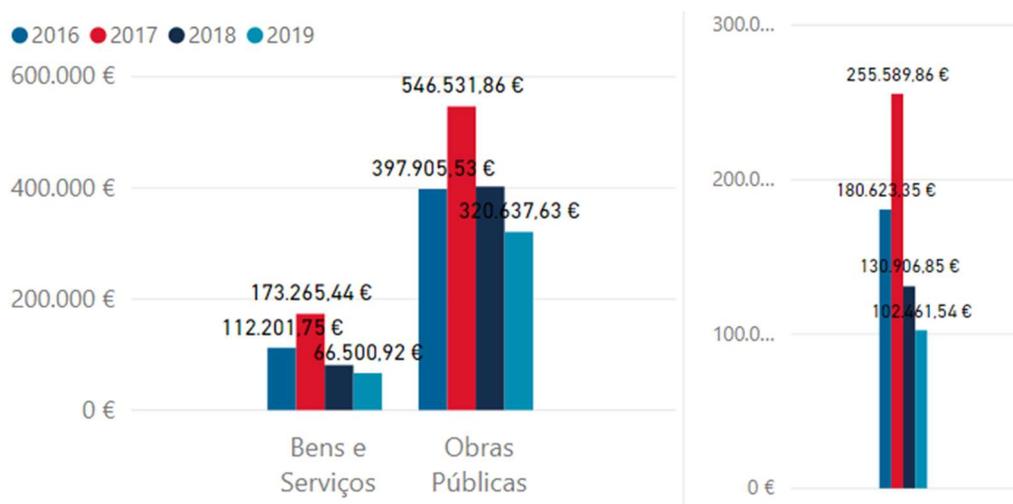
Gráfico 29 - Montantes dos contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2016 a 2019 (Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No que respeita ao valor médio dos contratos celebrados em 2019 decorrentes de procedimentos concursais, por comparação com 2018, assistiu-se a uma diminuição no caso de aquisição de bens e serviços (-18%), assim como nos contratos relacionados com obras públicas (-20,3%).

Gráfico 30 - Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concursais, por tipo de contrato: 2016 a 2019 (Milhões de Euros)



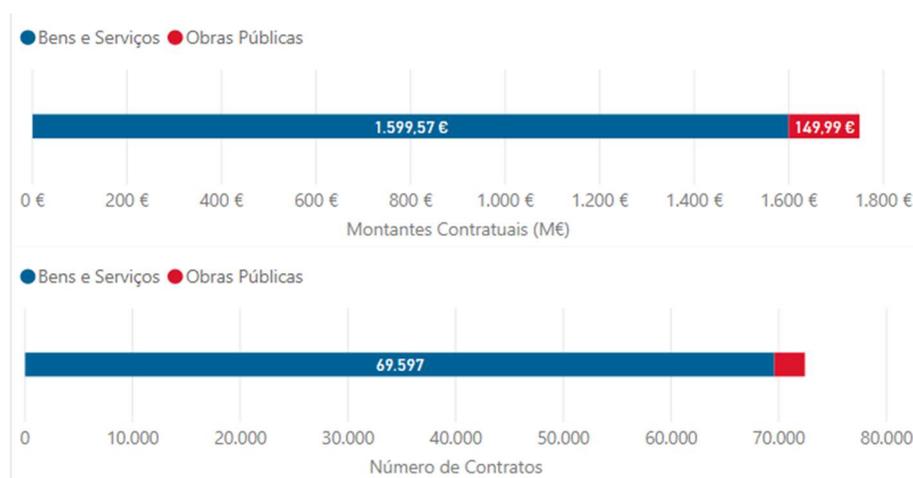
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.5.2. AJUSTES DIRETOS

Dos 72 434 contratos celebrados em 2019 que foram precedidos por procedimento de ajuste direto (sem simplificados), 96,1% (69 597) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 3,9% (2 837) referiram-se a contratos de obras públicas.

Em termos de montantes contratuais, mais de $\frac{4}{5}$ (1 600 milhões de euros) respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 150 milhões de euros (8,6%) relativos a obras públicas.

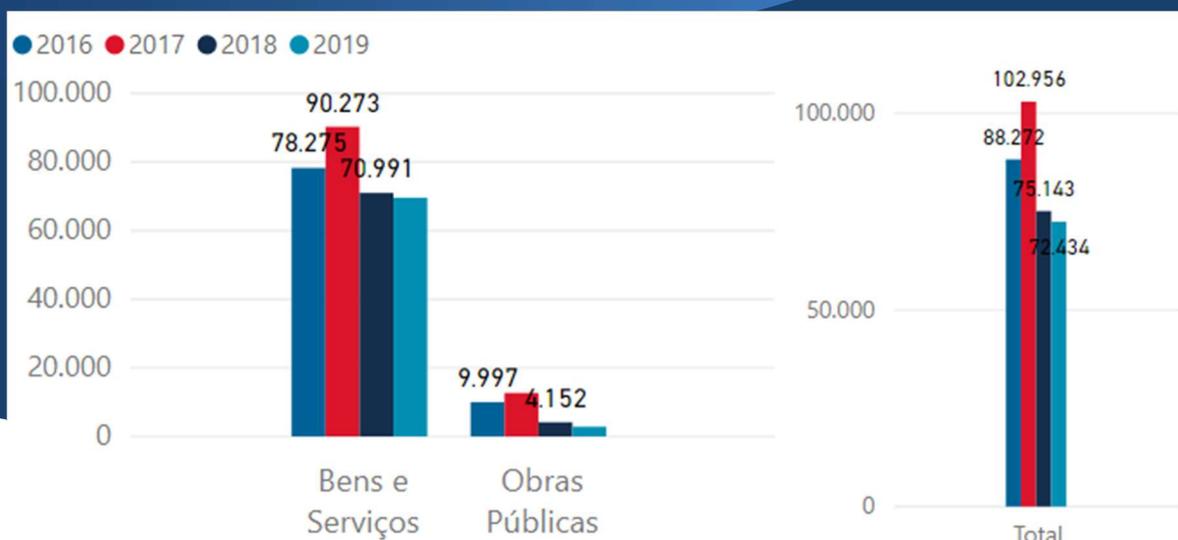
Gráfico 31 - Ajustes diretos em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Por comparação com o ano de 2018, o número de contratos por ajuste direto para a aquisição de bens e serviços diminuiu (-2%). Sendo ainda mais evidente a diminuição no número de contratos decorrentes de ajuste direto relacionados com obras públicas (-31,7%).

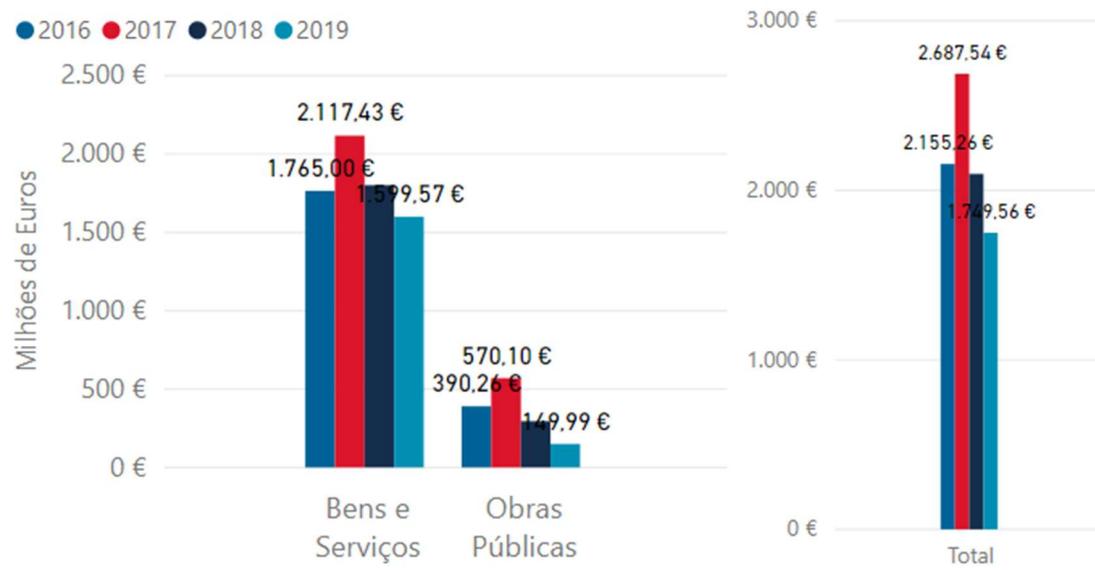
Gráfico 32 - Número de contratos por ajuste direto: 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Em termos de montantes contratuais envolvidos, manteve-se a tendência, tanto na contratação de bens e serviços (-11,2%), como nas obras públicas (-49,2%).

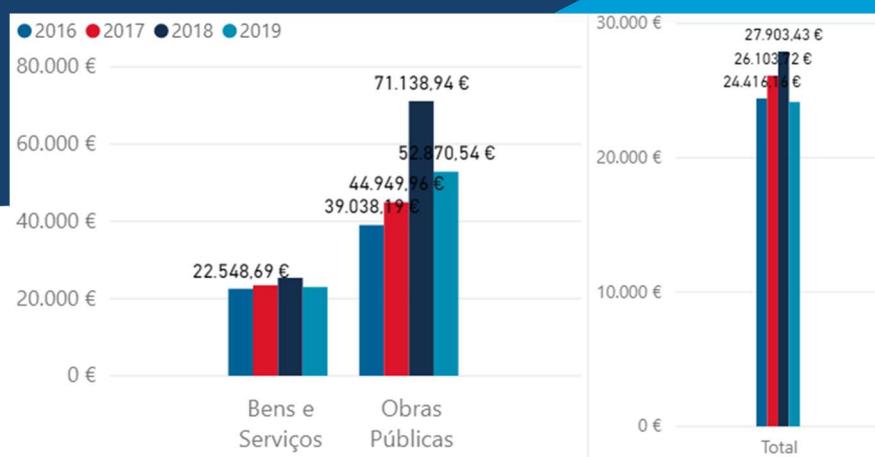
Gráfico 33 - Valor dos contratos por ajuste direto: 2016 a 2019 (em Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais o valor médio por contrato, no ano de 2018 foi de 27 882,03 €, o que corresponde a um aumento de 6,9% face ao ano de 2017 (+1 796,75 € por contrato).

Gráfico 34 - Valor médio dos contratos por ajuste direto: 2016 a 2019

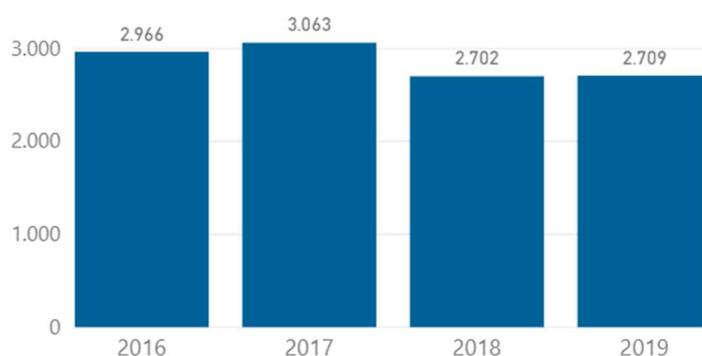


Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2019, foi de 22 983,28 €, o que traduziu uma diminuição de 9,4% face a 2018 (-2 391,46 € por contrato). No caso das obras públicas houve também uma diminuição do valor médio dos contratos, na ordem dos 25,7% (-18 268,40 € por contrato).

Em 2019, o número de entidades que reportaram ajustes diretos (excetuando os agrupamentos de entidades) foi de 2 709, isto é, mais 7 entidades adjudicantes do que em 2018 (+0,3%).

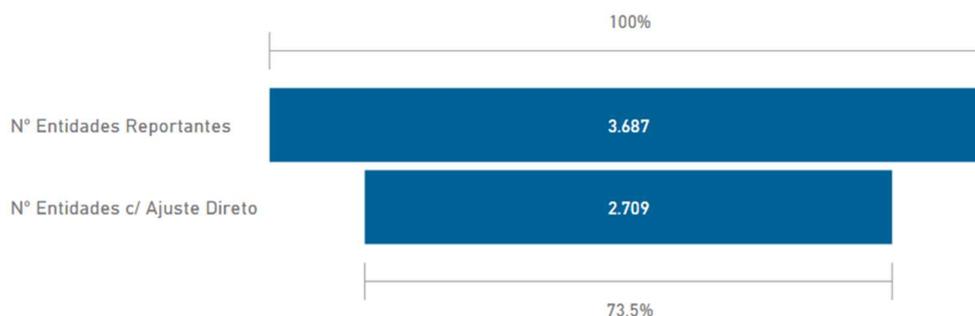
Gráfico 35 - Número de entidades adjudicantes que reportaram ajustes diretos



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Estas entidades representaram 73,5% do número total de entidades adjudicantes que reportaram ao portal BASE contratos celebrados em 2019 (3 687). O que significa, a *contrario*, que 26,5% (978) das entidades que reportaram contratos celebrados em 2018 não reportaram qualquer contrato que tenha decorrido de um procedimento por ajuste direto.

Gráfico 36 - Número de entidades adjudicantes que, tendo reportado contratos celebrados em 2019, reportaram (ou não) ajustes diretos



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No que concerne ao tipo de contratos, segundo a classificação feita de acordo com a nomenclatura CPV, celebrados na sequência de procedimentos por ajuste direto, predominaram o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (32,24 % dos valores contratuais), seguido da «Construção» (10,96%), e dos «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (10,77%), que, no total, representaram mais de metade do montante contratual total por recurso a ajuste direto (53,97%).

Quadro 4 – Ajustes diretos em 2019, por CPV

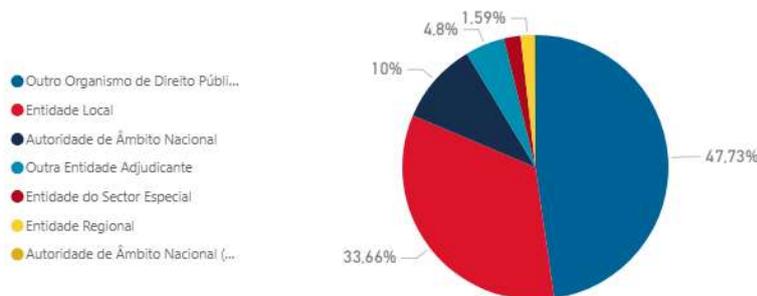
CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	15.943	32,61%	441.017.254,89 €	32,24%
45	Construção	2.837	5,67%	149.993.712,65 €	10,96%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	6.430	12,88%	147.309.950,80 €	10,77%
50	Serviços de reparação e manutenção	5.376	10,55%	132.863.627,04 €	9,71%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	3.292	6,51%	116.666.853,49 €	8,53%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	1.629	3,33%	80.192.271,47 €	5,86%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	3.833	7,74%	75.248.513,96 €	5,50%
92	Serviços recreativos, culturais e desportivos	5.180	10,85%	73.991.599,08 €	5,41%
60	Serviços de transporte (excl. transporte de resíduos)	1.173	2,28%	46.477.216,65 €	3,40%
85	Serviços de saúde e acção social	2.115	3,35%	40.210.727,64 €	2,94%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	502	0,99%	33.292.899,53 €	2,43%
98	Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	1.601	3,24%	30.770.033,98 €	2,25%
Total		49.911	100,00%	1.368.034.661,18 €	100,00%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

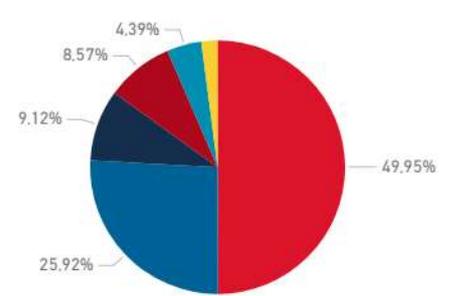
Sabendo-se que o peso dos ajustes diretos variou consoante a entidade em causa, do conjunto das entidades adjudicantes que em 2019 reportaram, destes procedimentos a maior parte respeitou aos «outros organismos de direito público» (47,7%), seguindo-se as «entidades locais» (33,7%) e as «entidades de âmbito nacional» (10%).

Gráfico 37 - Distribuição dos ajustes diretos, por tipo de entidade, em 2019

Número de Contratos



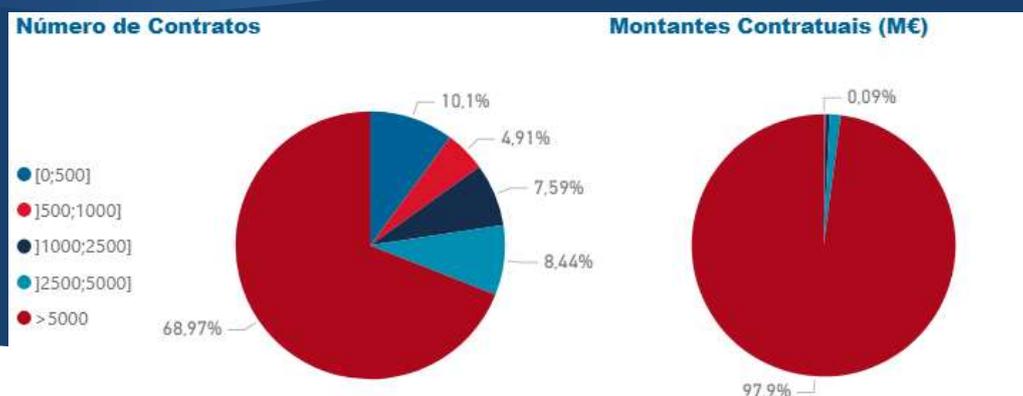
Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Por valor do contrato, predominaram os contratos de valor superior a 5 000 € (69% do número de contratos), acima de 5 000 € são contratos relativos a empreitadas cujo ajuste direto simplificado pode ir até aos 10.000 €, seguindo-se os contratos até aos 500 € (10%).

Gráfico 38 - Distribuição dos contratos por ajuste direto simplificado, por intervalos de valores contratuais

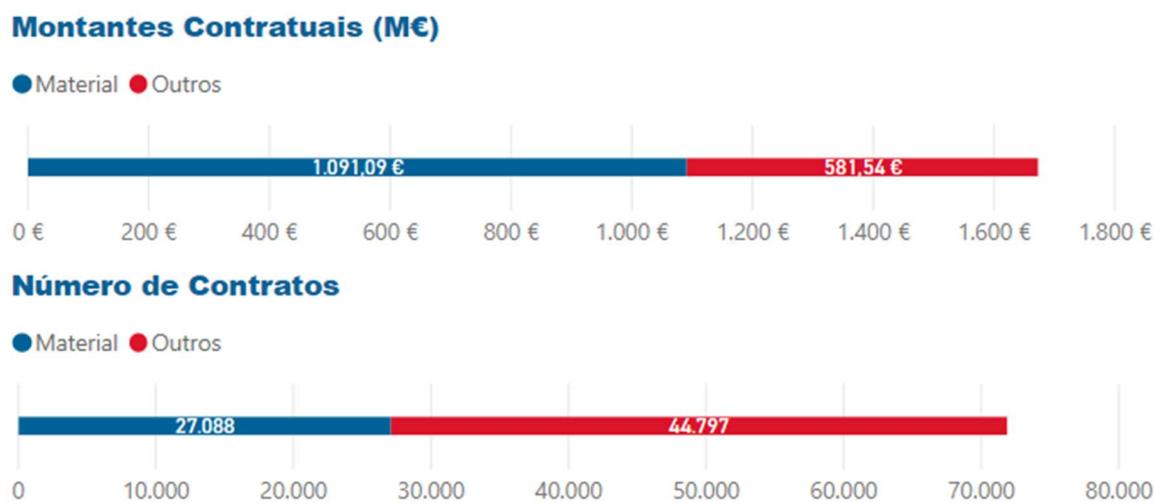


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.5.2.1 AJUSTES DIRETOS POR RAZÃO MATERIAL

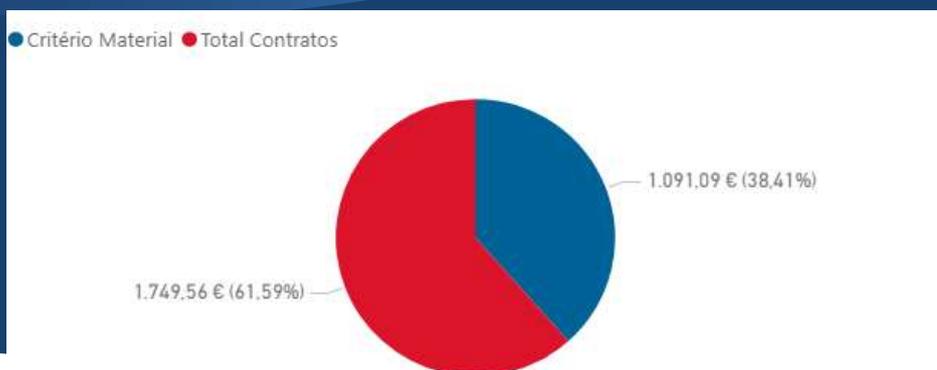
Os contratos celebrados na sequência de procedimento por ajuste direto fundamentado em critérios de natureza material (portanto, não focados no valor do contrato), em 2019 representaram 1 091 milhões de euros.

Gráfico 39 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Gráfico 40 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2019

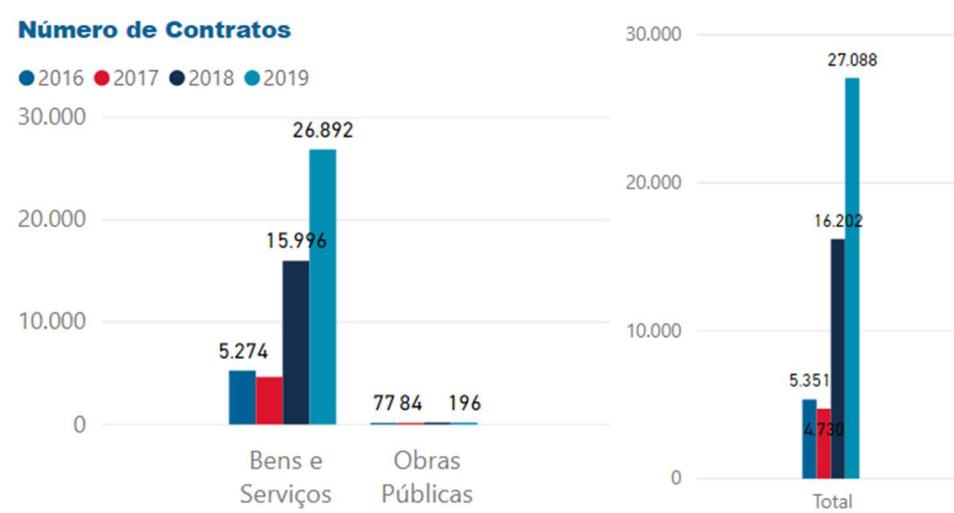


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Os contratos decorrentes de critérios materiais, representaram, no ano de 2019, 38,4% do valor de todos os contratos públicos reportados.

Por comparação com o ano de 2018, observou-se um aumento substancial do número de contratos celebrados decorrentes de procedimentos por ajuste direto fundamentado em critérios materiais. Esta variação deveu-se essencialmente ao aumento nos contratos relativos a bens e serviços, uma vez que nas obras públicas traduziu-se em -10 contratos (de 206 para 196).

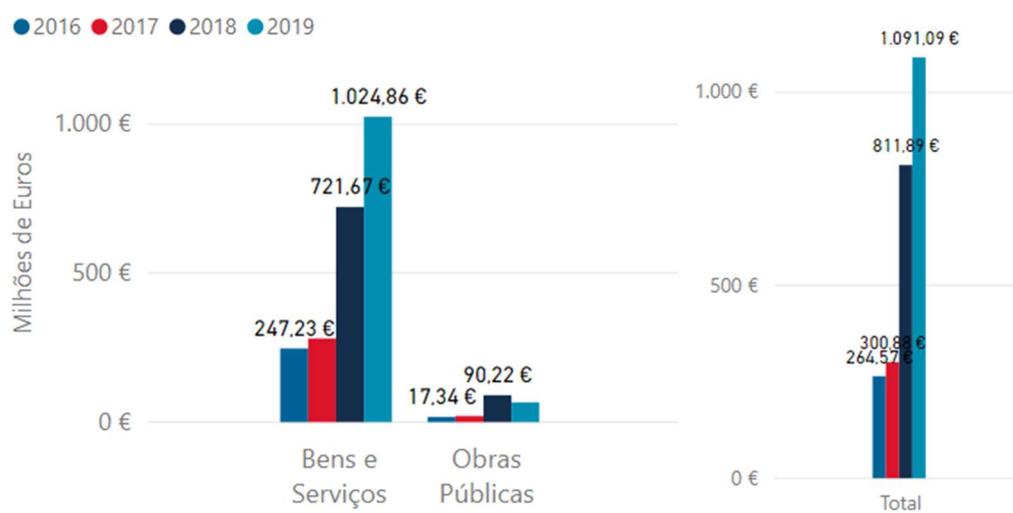
Gráfico 41 - Evolução do número de contratos celebrados com base em critério material em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, houve uma tendência geral de crescimento, confirmada no caso dos bens e serviços (+42% que em 2018, isto é, +303 milhões de euros), mas não tanto no caso das obras públicas onde se registou -24% (traduzindo -24 milhões de euros).

Gráfico 42 - Evolução do Montante Contratual dos contratos celebrados com base em critério material em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

A maior parte dos contratos de bens e serviços celebrados no ano de 2019 ao abrigo de um critério material respeitaram a contratos cujo preço contratual foi inferior a 10 000 € (58,7%), sendo que 75,6% tiveram um preço contratual inferior a 25 000 €.

Gráfico 43 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Já no que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 150 000 €: 57,3% do valor contratual global relativo a contratos celebrados a coberto de critérios de natureza material referiram-se a contratos cujo preço contratual foi superior àquele valor, sendo de destacar, de entre estes, o peso dos contratos com preço contratual superior a 200 000 €¹² que representaram 48,8% do montante contratual global.

No caso das obras públicas, no que diz respeito ao número de contratos adjudicados na sequência de procedimentos por ajuste direto com base em critérios materiais, 32,1% tiveram como preço contratual um valor abaixo dos 25 000 €, e 55,1% foram celebrados por valor inferior a 75 000 €. Já no que respeita aos montantes contratuais, 73,6% corresponderam a contratos cujo preço contratual foi superior a 500 000 €.

¹² Sensivelmente, o limiar comunitário para a publicação no JOUE dos procedimentos de contratação relativos a bens e serviços.

Gráfico 44 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

O motivo por «urgência imperiosa» foi a fundamentação maioritariamente invocada (72,8% do número total destes contratos e 64,5% dos montantes contratuais), tendo conjuntamente com o motivo «decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas» representado $\frac{3}{4}$ dos valores envolvidos.

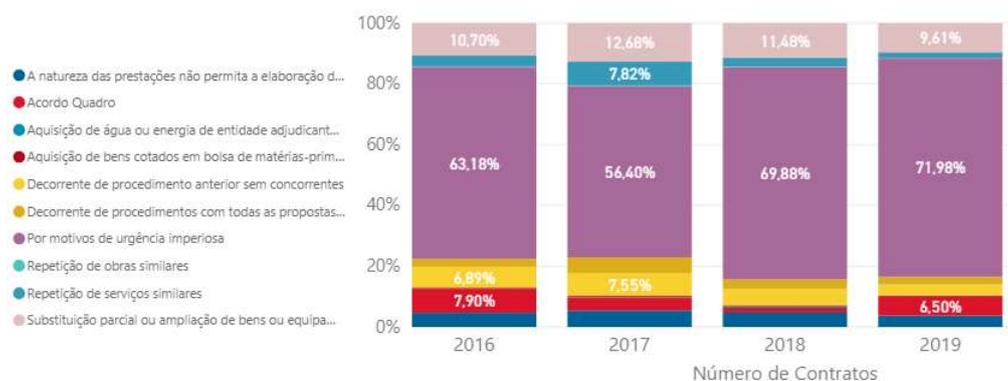
Quadro 5 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2019, por razão material

Motivo	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Por motivos de urgência imperiosa	8.519	72,83%	290,36 €	64,51%
Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas	295	3,01%	35,19 €	7,82%
Decorrente de procedimento anterior sem concorrentes	431	3,30%	29,00 €	6,44%
Repetição de serviços similares	216	1,55%	28,12 €	6,25%
Substituição parcial ou ampliação de bens ou equipamentos de específico uso ...	1.137	8,29%	26,33 €	5,85%
A natureza das prestações não permita a elaboração de especificações contrat...	442	3,78%	21,17 €	4,70%
Acordo Quadro	769	6,34%	9,21 €	2,05%
Aquisição de água ou energia de entidade adjudicante que exerça a actividade	8	0,02%	5,81 €	1,29%
Concurso de concepção	22	0,14%	2,51 €	0,56%
As prestações se destinem a permitir a prestação ao público de um ou mais se...	101	0,73%	2,37 €	0,53%
Total	11.940	100,00%	450,06 €	100,00%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Face a 2018 registou-se um aumento da preponderância dos «motivos de urgência imperiosa», passando a representar \approx mais de $\frac{5}{8}$ dos contratos em que tenham sido invocados os critérios de natureza material.

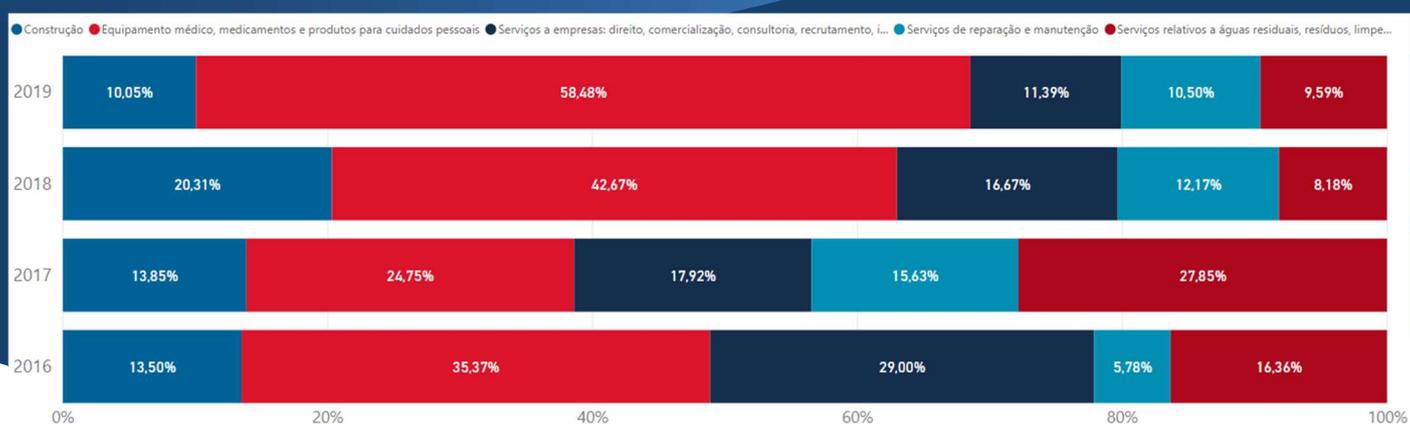
Gráfico 45 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material: comparação 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No que respeita ao tipo de despesa, por montante contratual e por nomenclatura CPV, os fundamentos de natureza material foram predominantemente invocados na aquisição de «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (49,9%), «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (17%) e «Construção» (19,2%), que, em conjunto, tiveram uma “quota” de 86%.

Gráfico 46 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV: comparação



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

3.5.3. CONSULTA PRÉVIA

Em 2019 foram celebrados 38 877 contratos por consulta prévia (procedimento que se iniciou em 2018, em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos três operadores económicos à sua escolha a apresentar proposta, podendo negociar aspetos da execução do contrato a celebrar).

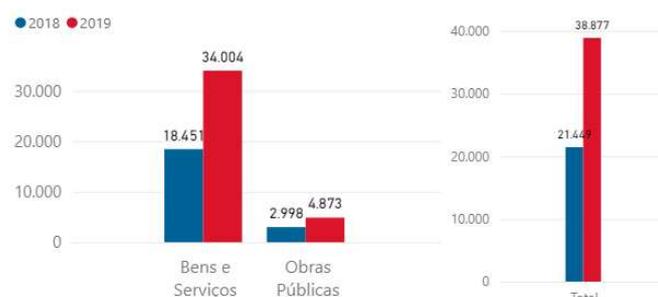
Gráfico 47 – Consultas Prévias em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Dos 38 877 contratos celebrados em 2019 que foram precedidos por procedimento de consulta prévia, 87,5% (34 004) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 12,5% (4 873) referiram-se a contratos de obras públicas.

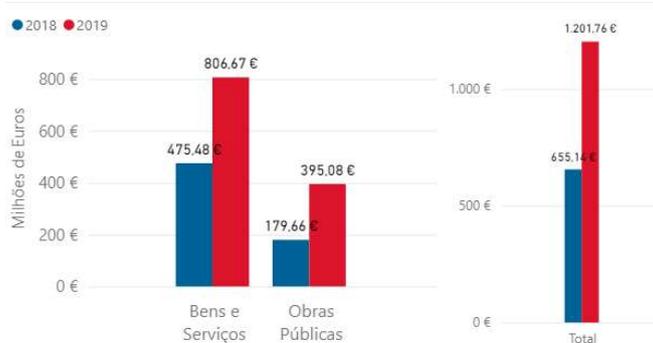
Gráfico 48 – Número de contratos por consulta prévia em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Em termos de montantes contratuais, 807 milhões de euros respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 395 milhões de euros (32,9%) relativos a obras públicas.

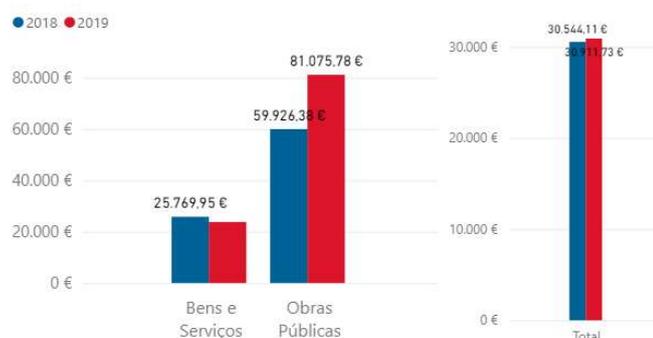
Gráfico 49 – Valor dos contratos por consulta prévia em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais o valor médio por contrato, no ano de 2018 foi de 30 911,73 €.

Gráfico 50 – Valor médio dos contratos por consulta prévia em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Já em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2019, foi de 23 722,88 €. No caso das obras públicas foi de 81 075,78 €.

No que concerne ao tipo de contratos, segundo a classificação feita de acordo com a nomenclatura CPV, celebrados na sequência de procedimentos por consulta prévia, predominaram a «Construção» (47,17%), os «Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção» (11,82%) e os «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (11,27%), que no total, representaram mais de metade do montante contratual total por recurso a consulta prévia (70,26%).

Quadro 6 – Consulta Prévia em 2019, por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
45	Construção	4.873	21,49%	395,08 €	47,17%
71	Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspecção	2.326	10,25%	98,96 €	11,82%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, imp...	2.889	12,27%	94,38 €	11,27%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	1.231	5,23%	47,96 €	5,73%
50	Serviços de reparação e manutenção	1.668	7,22%	39,63 €	4,73%
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	3.734	15,40%	37,09 €	4,43%
15	Produtos alimentares, bebidas, tabaco e produtos afins	2.927	12,17%	34,36 €	4,10%
30	Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, excepto m...	1.979	7,88%	31,18 €	3,72%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	1.011	4,33%	29,51 €	3,52%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	878	3,74%	29,38 €	3,51%
Total		23.516	100,00%	837,54 €	100,00%

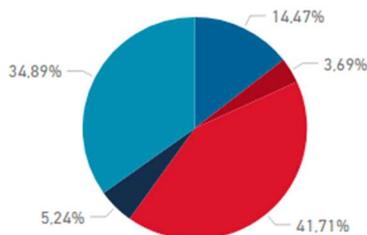
Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Sabendo-se que o peso dos ajustes diretos variou consoante a entidade em causa, do conjunto das entidades adjudicantes que em 2019 reportaram, destes procedimentos a maior parte respeitou às «entidades regionais e locais» (41,71%), seguindo-se os «outros organismos de direito público» (34,89%) e as «entidades de âmbito nacional» (14,47%).

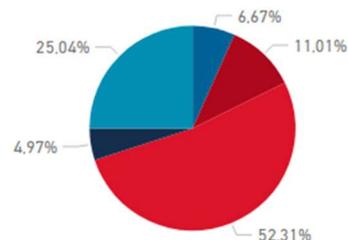
Gráfico 51 - Distribuição das consultas prévias, por tipo de entidade, em 2019

Número de Contratos

- Autoridade de Âmbito Nacional
- Entidade do Sector Especial
- Entidade Regional e Local
- Outra Entidade Adjudicante
- Outro Organismo de Direito Público



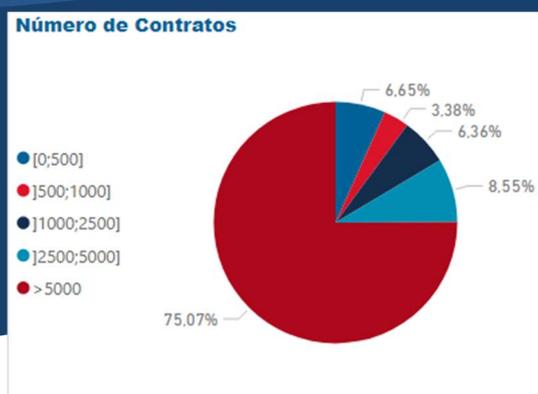
Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Analisando por intervalos o número de contratos por consulta prévia foi maioritário em contratos de valor igual ou superior a 5 000 € (75,07% do número de contratos).

Gráfico 52 - Distribuição dos contratos por consulta prévia, por intervalos de valores contratuais



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

3.5.3.1 CONSULTA PRÉVIA POR RAZÃO MATERIAL

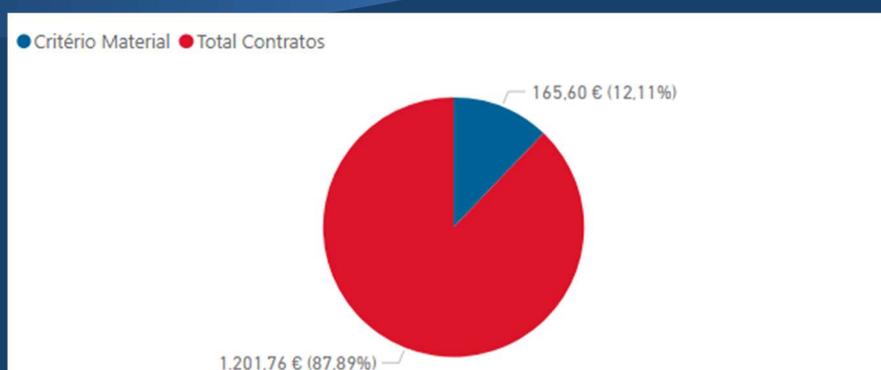
Os contratos celebrados na sequência de procedimento por consulta prévia fundamentado em critérios de natureza material (portanto, não focados no valor do contrato), em 2019 representaram 165,60 milhões de euros.

Gráfico 53 – Peso relativo dos contratos por consulta prévia por razões materiais



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

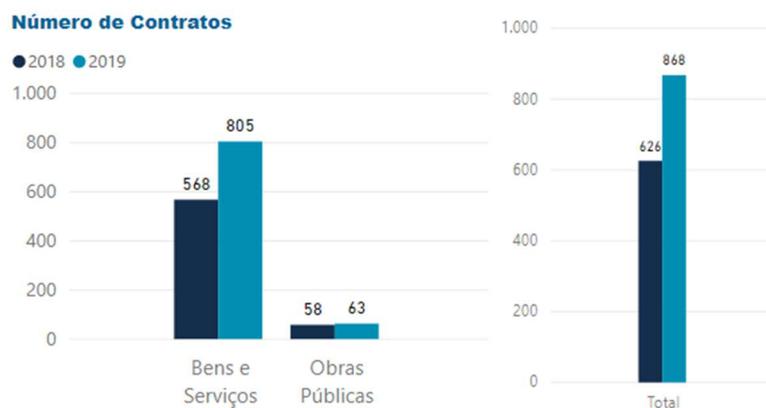
Gráfico 54 – Peso relativo dos contratos por consulta prévia e por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Os contratos decorrentes de critérios materiais, representaram, no ano de 2019, 12,11% do valor de todos os contratos públicos reportados (868).

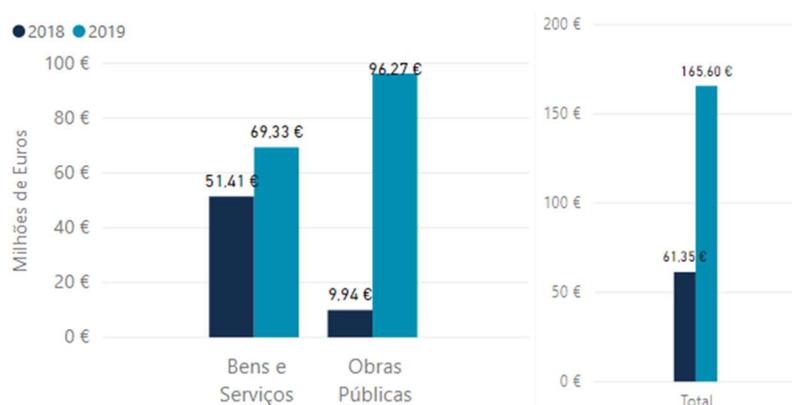
Gráfico 55 - Número de contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, nos bens e serviços ascenderam a 69,33 milhões de euros, e nas obras públicas 96,27 milhões de euros.

Gráfico 56 - Montante Contratual dos contratos celebrados por consulta prévia com base em critério material em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

A maior parte dos contratos de bens e serviços celebrados no ano de 2019 ao abrigo de um critério material respeitaram a contratos cujo preço contratual foi inferior a 25 000 € (61,4%), sendo que 91,2% tiveram um preço contratual inferior a 500 000 €.

Já no que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 150 000 €: 68,9% do valor contratual global relativo a contratos celebrados a coberto de critérios de natureza material referiram-se a contratos cujo preço contratual foi superior àquele valor, sendo de destacar, de entre estes, o peso dos contratos com preço contratual superior a 200 000 €¹³ que representaram 70,9% do montante contratual global.

¹³ Sensivelmente, o limiar comunitário para a publicação no JOUE dos procedimentos de contratação relativos a bens e serviços.

Gráfico 57 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

No caso das obras públicas, no que diz respeito ao número de contratos adjudicados na sequência de procedimentos por consulta prévia com base em critérios materiais, 12,7% tiveram como preço contratual um valor abaixo dos 25 000 €, e 23,8% foram celebrados por valor inferior a 75 000 €. Já no que respeita aos montantes contratuais, 91,1% corresponderam a contratos cujo preço contratual foi superior a 200 000 €.

Gráfico 58 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

O motivo por «urgência imperiosa» foi a fundamentação mais invocada (43,73% do número total destes contratos representando 7,60% dos montantes contratuais).

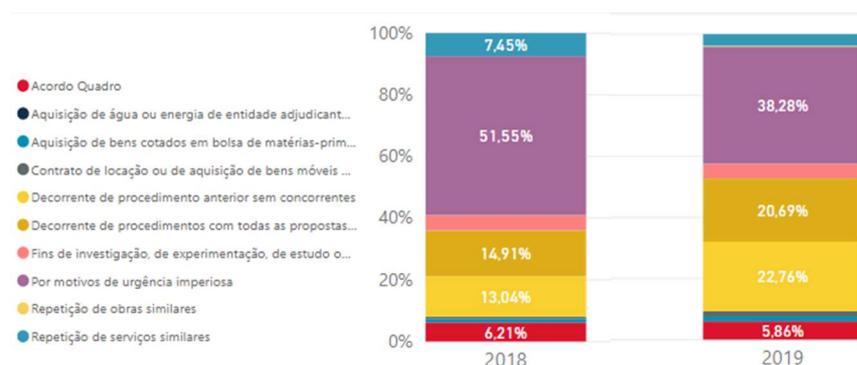
Quadro 7 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2019, por razão material

Motivo	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Por motivos de urgência imperiosa	111	43,73%	8,94 €	7,60%
Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas	60	22,03%	76,20 €	64,75%
Decorrente de procedimento anterior sem concorrentes	66	18,64%	5,73 €	4,87%
Acordo Quadro	17	5,76%	1,67 €	1,42%
Fins de investigação, de experimentação, de estudo ou de desenvolvimento	14	4,07%	6,44 €	5,48%
Repetição de serviços similares	11	3,39%	3,87 €	3,29%
Contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou aquisição de serviços	5	1,36%	0,27 €	0,23%
Aquisição de bens cotados em bolsa de matérias-primas	4	0,68%	4,50 €	3,82%
Repetição de obras similares	1	0,34%	3,59 €	3,05%
Aquisição de água ou energia de entidade adjudicante que exerça a actividade	1		6,47 €	5,50%
Total	290	100,00%	117,68 €	100,00%

Fonte: portal BASE (outubro 2019)

Os «motivos de urgência imperiosa», conjuntamente com o motivo «decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas» representaram 72,35% dos valores envolvidos.

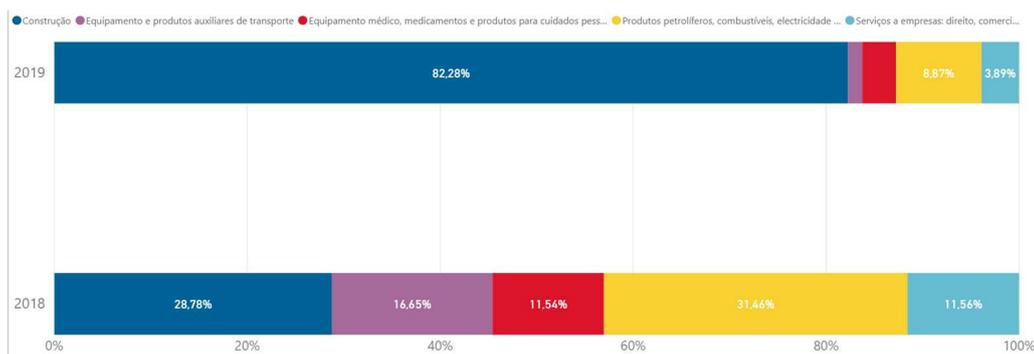
Gráfico 59 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

No que respeita ao tipo de despesa, por montante contratual e por nomenclatura CPV, os fundamentos de natureza material em 2019 foram predominantemente invocados na aquisição de «Construção» (82,28%) e «Produtos petrolíferos, combustíveis, eletricidade e outras fontes de energia» (8,87%), que em conjunto, tiveram uma “quota” de 91,15%.

Gráfico 60 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV

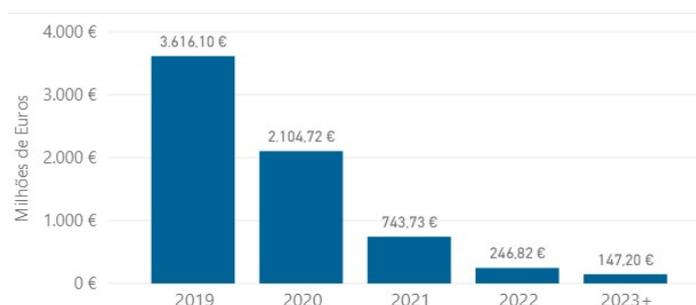


Fonte: portal BASE (outubro 2020)

4. PROJEÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DOS CONTRATOS CELEBRADOS

Dos contratos celebrados durante o ano de 2019, projetando a sua execução ao longo do tempo, a maior parte destinou-se a ser executada no próprio ano.

Gráfico 61 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019 (Milhões de Euros)



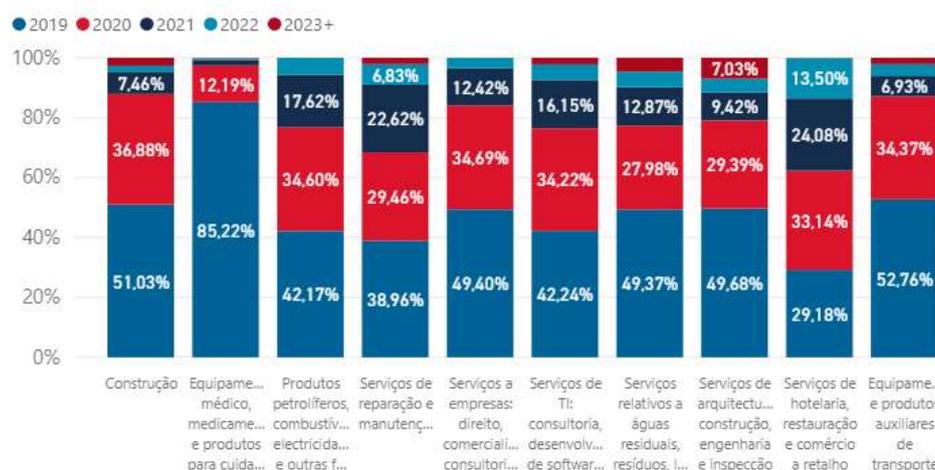
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Existem, todavia, variações sobre a distribuição no tempo dos encargos previsíveis, desde logo em função do tipo de despesa.

Assim, relativamente aos códigos CPV que tiveram um maior peso em termos de montantes contratuais, foi nos códigos «33 - Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (85%), «45 - Construção» (51%), «50 - Serviços de reparação e manutenção» (58%) e «34 - Equipamento e produtos auxiliares de transporte» (53%), que constatamos as maiores taxas de previsão de execução no próprio ano de celebração do contrato (2019).

No lado oposto, foi ao nível dos códigos «55 - Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho» e «50 - Serviços de reparação e manutenção» que a execução previsível dos contratos durante o próprio ano de 2019 foi menos relevante (inferior a 50%), sendo, portanto, nestas rubricas que os contratos celebrados tiveram um carácter mais plurianual.

Gráfico 62 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por CPV

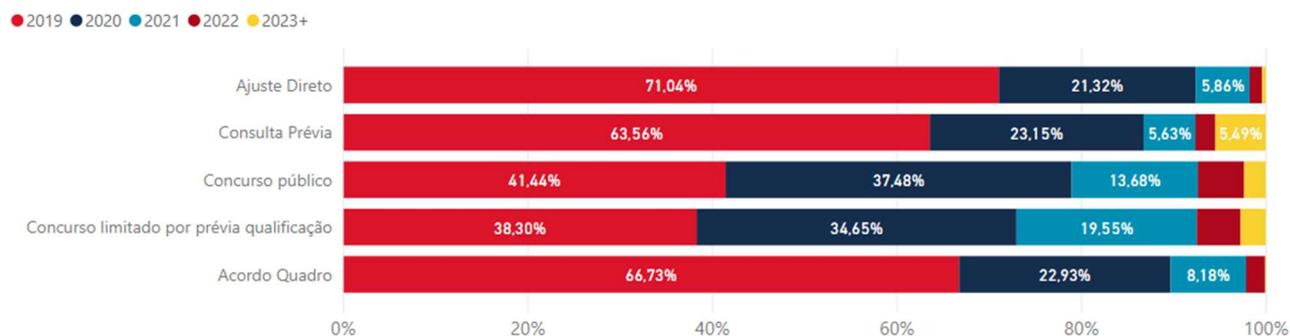


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Analisando o tipo de procedimento que precedeu o contrato, podemos concluir que quando o tipo de procedimento utilizado foi o ajuste direto, os contratos tenderam a ser executados num menor espaço de tempo: 71% do valor dos contratos celebrados na sequência de ajuste direto, tinham a sua execução previsível durante o ano de 2019.

Em sentido oposto, nos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais (contratos precedidos por concurso público ou por concurso limitado por prévia qualificação), a previsão da sua execução estendeu-se mais no tempo (tinham a sua execução prevista para ocorrer nos anos de 2021 e seguintes).

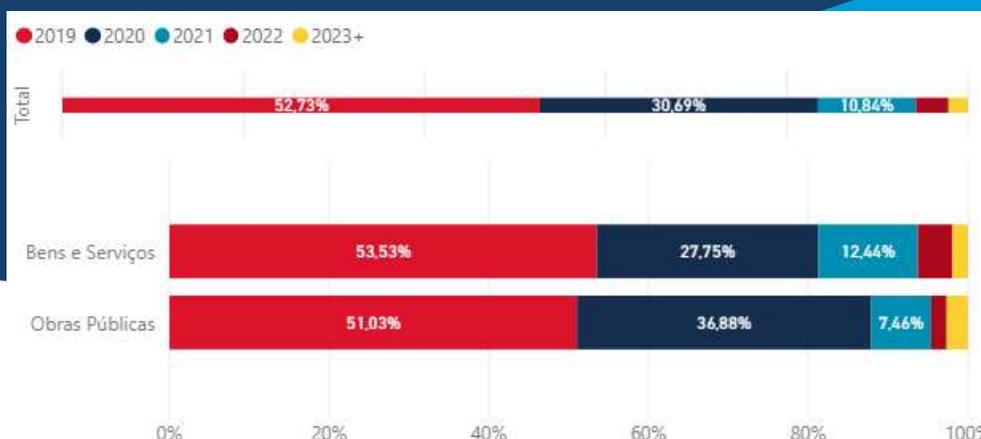
Gráfico 63 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Fazendo a mesma análise, mas por tipo de contrato, constatamos que na distribuição dos encargos pelos anos de execução do contrato, a concentração da execução no próprio ano de celebração do contrato é superior no caso dos bens e serviços (53,53%) quando comparado com os contratos relativos a obras públicas (51,03%).

Gráfico 64 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por tipo de contrato

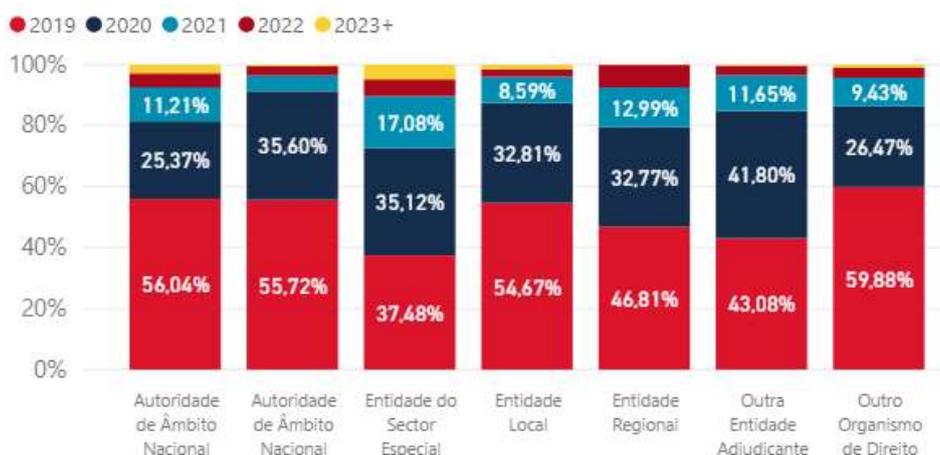


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Analisando o carácter plurianual dos contratos celebrados em 2019 por tipo de entidade, podemos concluir que, tendencialmente, são os «Outros Organismos de Direito Público» (60%), as «Autoridades de Âmbito Nacional» (56%) e as «Entidades Locais» (55,7%) aquelas em que os contratos de curta duração (até final de 2019) maior peso tiveram.

Com tendência inversa, foram as «Entidades do Setor Especial» (37,5%) e as «Outras Entidades Adjudicantes» (43,1%) as que celebraram os contratos com maior peso para o ano de 2020 e anos seguintes.

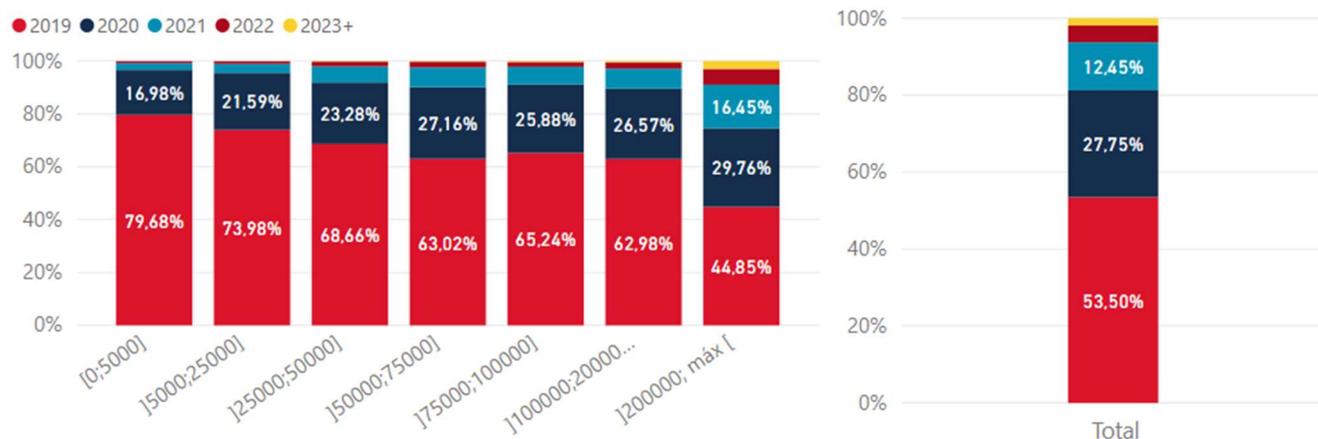
Gráfico 65- Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por tipo de entidade adjudicante



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Tendo como critério o valor do contrato, podemos concluir que, no caso de aquisição de bens e serviços, à medida que o montante contratual aumentou, aumentou igualmente a plurianualidade dos contratos. Dos contratos de valor inferior a 5 000 €, 80% do respetivo valor contratual previa-se ser executado em 2019, enquanto nos contratos cujo valor foi superior a 200 000 €, somente 45% do valor se projetou ser executado no próprio ano.

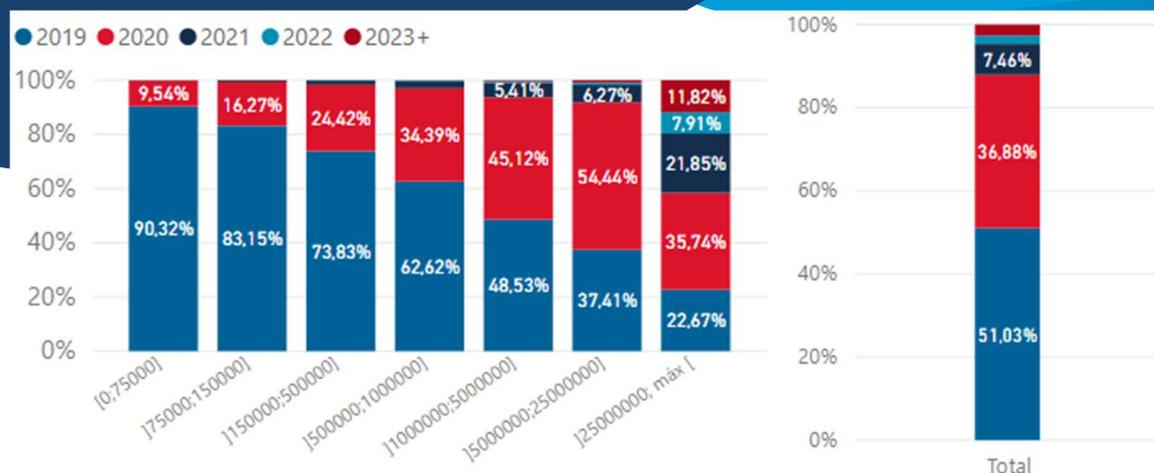
Gráfico 66 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por intervalo de valor contratual - bens e serviços



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No caso das obras públicas, a tendência, embora tenha sido a mesma, não foi tão linear. Nos contratos cujo valor foi superior a 5 000 000 €, menos de metade do valor contratual previu-se ser executado ainda no ano de 2019.

Gráfico 67 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2019, por intervalo de valor contratual – obras públicas

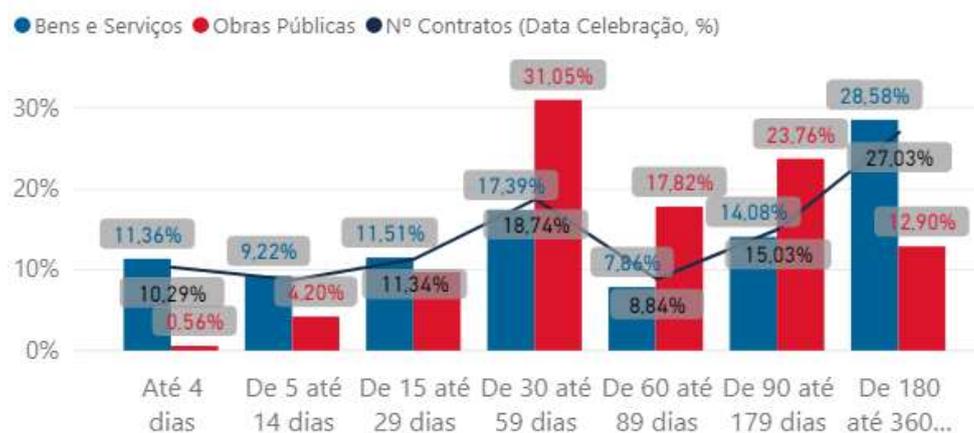


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

5. DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Relativamente à duração do procedimento pré-contratual, considerando-o como o número de dias entre o início do procedimento (publicação de anúncio ou envio de convite) e a data de celebração do contrato, constatamos que $\approx \frac{1}{8}$ dos procedimentos demorou até 4 dias (inclusive) a ser decidido.

Gráfico 68- Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2019, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (todos os contratos exceto os ajustes diretos simplificados)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

A duração dos procedimentos, todavia, teve um comportamento diferenciado consoante o tipo de contrato: no caso dos bens e serviços 11,36% dos procedimentos demoraram menos de 4 dias a serem concluídos, enquanto no caso das obras públicas, nesse mesmo período, apenas 0,56% dos procedimentos foram concluídos.

Os dados atrás referidos estão influenciados pelo peso do número de procedimentos por ajuste direto e consulta prévia no universo do número de contratos reportados, os quais tendem a ser mais céleres do que os procedimentos concursais. Os prazos na conclusão dos procedimentos de contratos precedidos de concurso público ou limitado registaram um valor médio superior.

Gráfico 69- Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2019, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (contratos resultantes de procedimentos concursais)



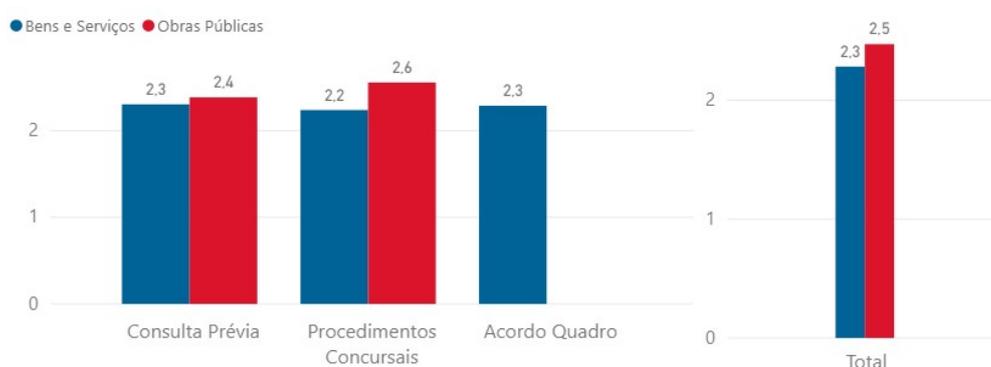
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

6. NÚMERO DE CONCORRENTES POR PROCEDIMENTO

Com o intuito de analisar o nível de concorrência existente nos mercados públicos, foi analisada uma amostra de procedimentos tramitados pelas plataformas eletrónicas cujos contratos foram reportados ao portal BASE.

Na média das propostas por cada procedimento de contratação, existe uma ligeira distinção entre os contratos de bens e serviços (2,3) e os relativos a obras públicas (2,5).

Gráfico 70- Número médio de propostas por procedimento (2019)

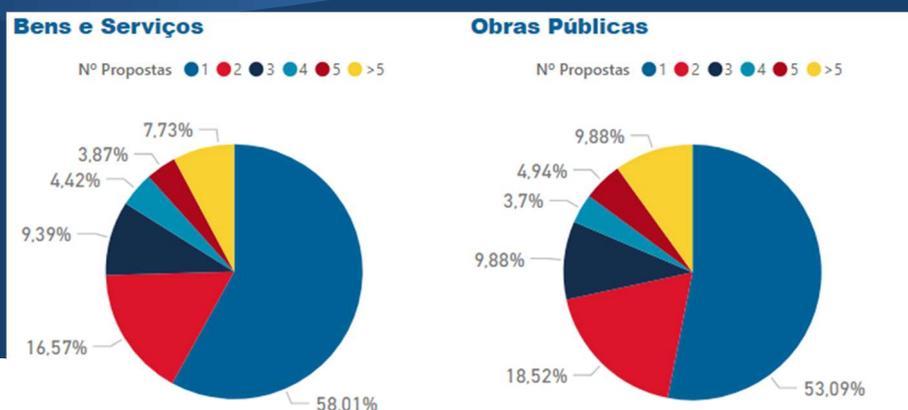


9Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Seria expectável que o número de concorrentes por procedimento fosse maior no caso dos procedimentos concursais do que no caso dos acordos-quadro e da consulta prévia, mas os valores são muito aproximados.

Analisando mais pormenorizadamente os procedimentos concursais, constatamos que em 92% dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e em 90% dos procedimentos relativos a obras públicas existiram, pelo menos, duas propostas para análise das entidades adjudicantes.

Gráfico 71- Número de propostas por procedimento: procedimentos concursais (2019)



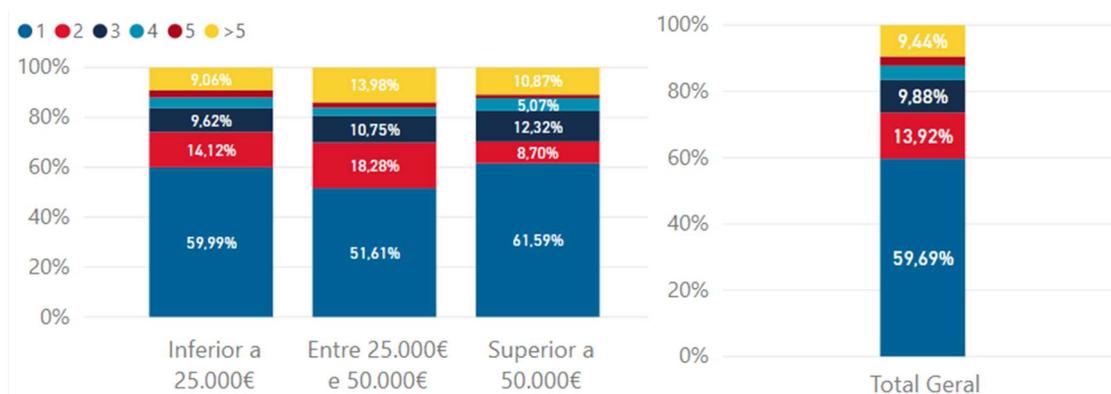
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Acresce que num número considerável de procedimentos foram apresentadas mais de 5 propostas, especialmente nas obras públicas (10% dos procedimentos), mas igualmente relevante nos bens e serviços (8%).

No caso da consulta prévia para a aquisição de bens e serviços, em mais de $\frac{3}{4}$ dos procedimentos apenas foi apresentada uma proposta.

O peso dos contratos resultantes de procedimentos em que apenas foi apresentada uma proposta diminuiu na mesma linha do valor contratual: se nos procedimentos com preço base inferior a 25 000 € em 60% dos procedimentos apenas foi apresentada uma proposta, nos procedimentos cujo preço base esteve entre 25 000 € e 50 000 € esse peso diminuiu, 38,31 pontos percentuais, para 51,6%.

Gráfico 72- Número de propostas por procedimento: ajustes diretos para aquisição de bens e serviços (2019)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

7. MODALIDADE DE ADJUDICAÇÃO

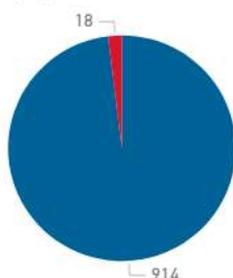
7.1. «PREÇO» VS «MELHOR RELAÇÃO QUALIDADE - PREÇO»

Numa amostra reduzida¹⁴ de procedimentos concursais (com base no anúncio) e cujos contratos foram celebrados em 2019, constatou-se que 91,8% tiveram como modalidade de adjudicação apenas o preço, previsto no art.º 74. A estes contratos corresponderam 98% de montantes contratuais.

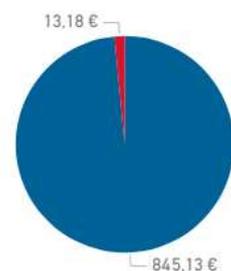
Gráfico 73- Modalidade de adjudicação nos procedimentos abertos (concursos públicos e concursos limitados)

Número de Contratos

● Preço ● Melhor relação qualidade-preço



Montantes Contratuais (M€)

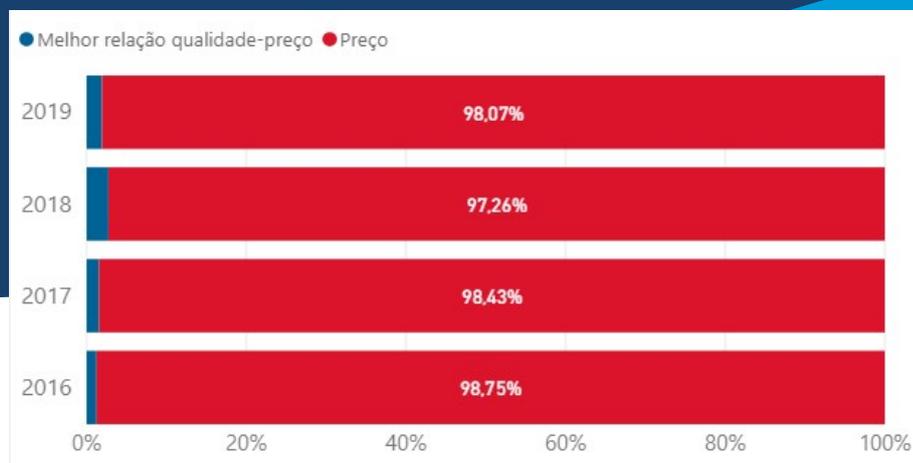


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Em 2019 mantem-se a tendência observada nos anos de 2016 e 2017, e que aponta para a tímida representação no recurso à modalidade de melhor relação qualidade-preço.

¹⁴ Procedimentos de contratação relativamente aos quais foi possível identificar o tipo de critério utilizado e o respetivo peso, quando aplicável. Foram excluídos os procedimentos por ajuste direto. A reduzida amostra em 2019 decorre de alterações ao portal BASE pelo que a identificação do tipo de critério será revista em anos posteriores.

Gráfico 74 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por número de contratos: variação de 2016 para 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Relativamente aos montantes contratuais envolvidos, de 2018 para 2019 houve um ligeiro aumento do peso dos contratos cujo critério foi apenas o do preço face àqueles em que o critério foi o da melhor relação qualidade-preço em +0,2 pontos percentuais, passando para 98,46%.

Gráfico 75 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por montantes contratuais: variação de 2016 para 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Gráfico 76– Valor médio dos contratos precedidos de procedimento concorrential, por modalidade de adjudicação: variação de 2016 para 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Em termos médios, de 2018 para 2019 notou-se um aumento do valor contratual médio no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação foi a do preço (situando-se, agora, nos 926 843 €), assim como um aumento no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação tenha sido o da «melhor relação qualidade-preço» (732 004 €, sendo em 2018 de 198 346 €).

7.2. «MELHOR RELAÇÃO QUALIDADE PREÇO»: PESO DO FATOR PREÇO

Tendo por base apenas os contratos em cujo procedimento de contratação o critério utilizado foi o da «melhor relação qualidade-preço», foi possível constatar a preponderância que o fator preço (ou análogo¹⁵) teve na concretização desse critério.

Como se pode confirmar graficamente, o fator preço ou análogo teve um peso superior a 50% na grande maioria dos procedimentos concursais abertos no ano de 2019 constantes da amostra tratada.

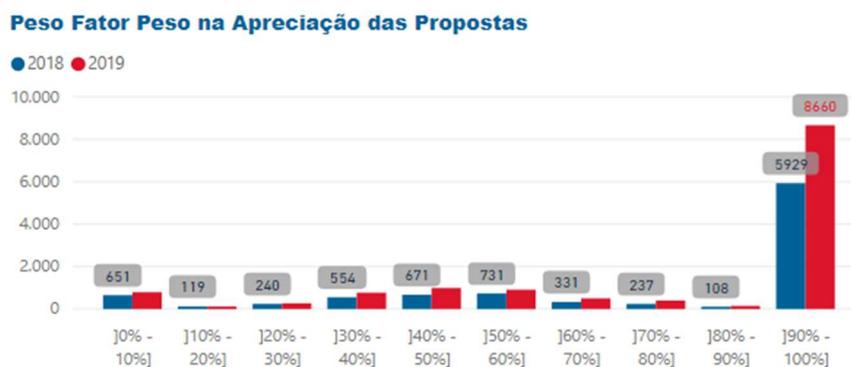
¹⁵ Entendendo-se por análogo o fator económico do contrato (encargos financeiros, rendas a pagar, etc.).

Gráfico 77- Distribuição do peso do fator «preço» ou análogo na apreciação das propostas de procedimentos abertos em 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

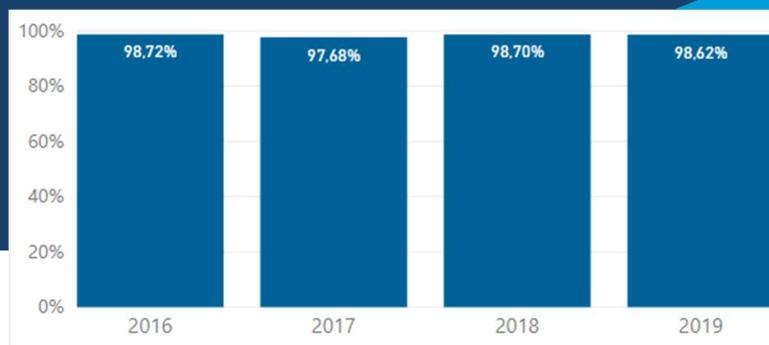
Gráfico 78- Distribuição acumulada do peso do fator preço ou análogo na apreciação das propostas: comparação dos anos 2018 e 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Juntando os procedimentos cujo fator de apreciação das propostas foi apenas o do preço com os demais procedimentos nos quais o fator preço, não sendo o único factor de apreciação, representou mais de metade da ponderação, concluímos que em 98,6% dos procedimentos concursais, o preço foi o fator de ponderação determinante e maioritário.

Gráfico 79 – Percentagem do número de contratos nos quais o fator preço ou análogo teve preponderância maioritária



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

7.3. PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS

No atual contexto económico e orçamental, os procedimentos de contratação são especialmente sensíveis ao fator preço. Do lado dos concorrentes, a necessidade de manter a sua atividade num quadro de fraco crescimento económico, levou-os a apresentar propostas de valor abaixo dos preços que outrora praticariam, prejudicando a sua margem de lucro. Do lado das entidades adjudicantes, as restrições orçamentais, consubstanciadas não só na dimensão dos seus orçamentos, como também nos entraves administrativos (de que são exemplo os fundos disponíveis), traduziu-se numa diminuição geral dos preços base dos procedimentos, “esmagando” potenciais concorrentes, assim como no favorecimento do fator económico, concedendo-lhe maior peso do que porventura fariam noutro contexto.

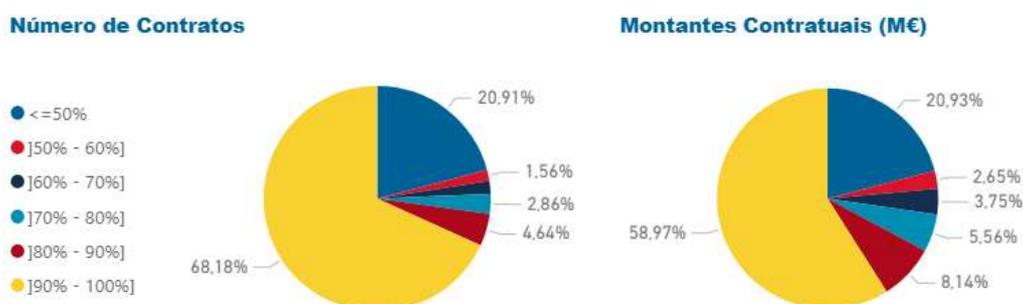
Uma das formas de procurar analisar e quantificar esta questão passa por analisar o valor final do contrato em função do preço base¹⁶ e do preço anormalmente baixo¹⁷.

¹⁶ Conceito inovador do quadro normativo português, que corresponde ao “... preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto ...” (art.º 47.º do CCP).

¹⁷

Considerando os contratos de **bens e serviços** (incluindo os relacionados com obras públicas), independentemente do tipo de procedimento, constatamos que em 68,2 % dos contratos da amostra os valores contratuais finais aproximaram-se ou foram mesmo inferiores ao preço anormalmente baixo calculado em função do preço base. A representatividade em termos dos montantes contratuais globais é um pouco inferior (59%). Os valores desta análise resultam em parte do facto do preço base, nos procedimentos por Acordo Quadro, ser global e existirem contratos por lotes de valor mais reduzido.

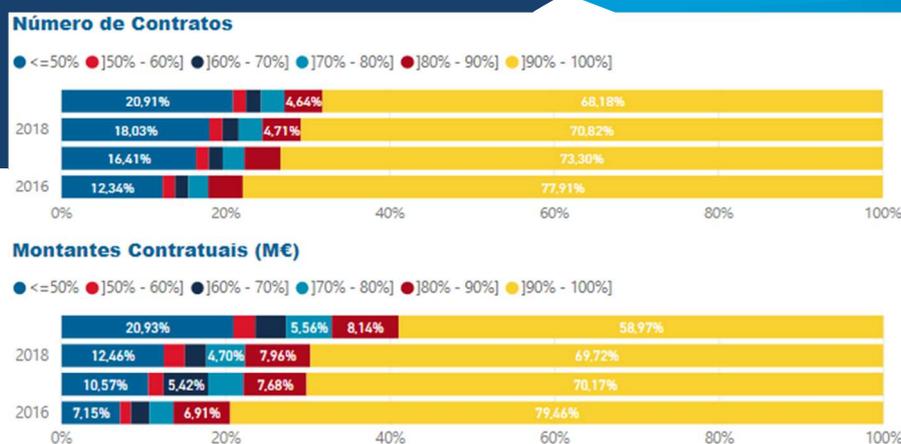
Gráfico 80 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de **bens e serviços** (incluindo os relacionados com obras públicas): ano de 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Por comparação com os contratos celebrados no ano de 2018, em 2019 assistiu-se a um aumento dos contratos cujo valor, em função do critério legal para identificação de (eventuais) preços anormalmente baixos, de +2,9 pontos percentuais em termos de número de contratos e de +8,5 pontos percentuais no caso dos montantes contratuais (de 12,5% para 20,9%).

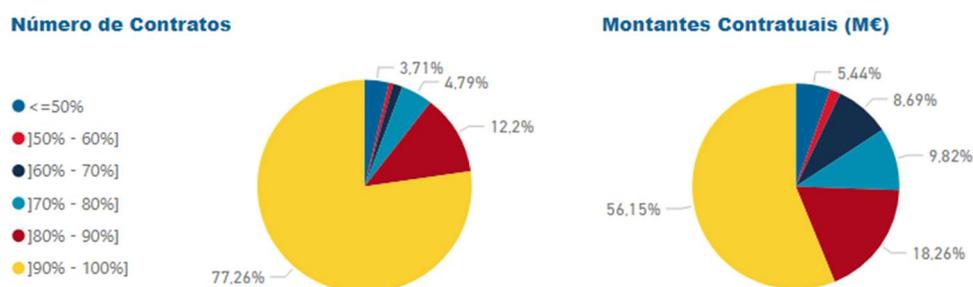
Gráfico 81 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): evolução 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No que respeita às **empreitadas de obras públicas**, independentemente do tipo de procedimento, a relevância dos contratos cujo preço contratual se aproximou do limite do preço anormalmente baixo é inferior: 4,3% dos contratos, que representam 7,1% dos montantes contratuais, tiveram como preço contratual valores abaixo ou iguais a 40% do preço base.

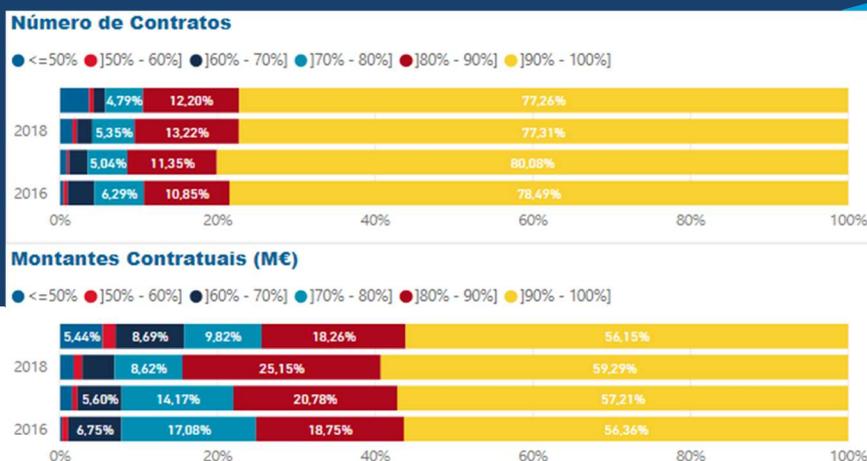
Gráfico 82 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas: ano de 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Comparativamente com o ano de 2018, a evolução constatável com contratos relacionados com obras públicas manteve o sentido quanto ao número: os contratos celebrados por valores dentro do critério de preço anormalmente baixo variaram em 2,15 pontos percentuais. Quanto aos montantes contratuais, subiram 4,2 pontos percentuais (para 7,07%).

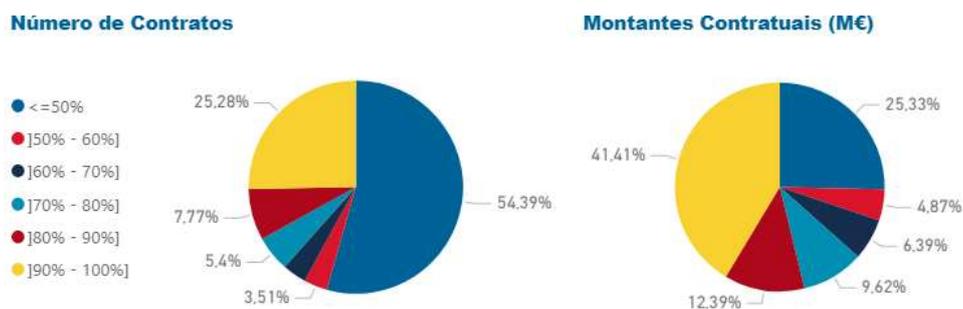
Gráfico 83 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas: evolução 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Analisando apenas os procedimentos concursais constatamos que a adjudicação próxima dos valores do preço anormalmente baixo foi mais frequente. No caso dos bens e serviços, o número de contratos em que o valor contratual foi igual ou inferior a 50% do preço base atingiu os 54,4%, representando 25,33% dos montantes contratuais.

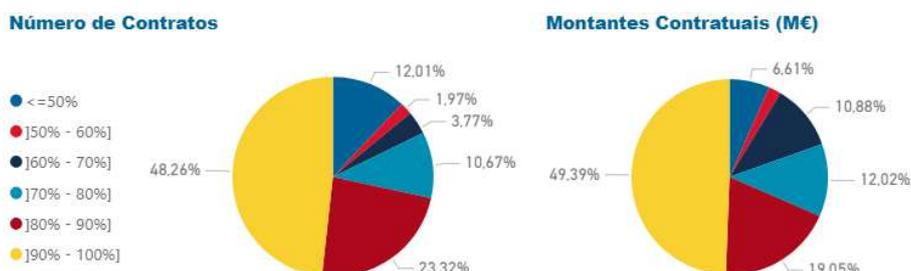
Gráfico 84 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas) dos procedimentos concursais: ano de 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Situação similar sucede com as empreitadas de obras públicas, onde se constatou que 12,1% do número de contratos e 6,6% dos montantes contratuais envolvidos foram celebrados por valor abaixo do valor de referência para preço anormalmente baixo.

Gráfico 85 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas dos procedimentos concursais: ano de 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Numa breve análise por CPV, constatamos que as obras públicas predominam sobre a restante despesa, sobretudo por força da «Construção», que representa 42,48% do valor contratual total.

Quadro 8 – Distribuição da contratação por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	27.847	40,12%	993,78 €	17,70%
45	Construção	9.536	12,91%	2.384,55 €	42,48%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, imp...	9.149	12,32%	391,84 €	6,98%
50	Serviços de reparação e manutenção	5.989	8,00%	220,02 €	3,92%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	5.709	7,89%	209,00 €	3,72%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	4.706	6,41%	263,78 €	4,70%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	2.845	4,04%	331,03 €	5,90%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	2.900	3,85%	249,09 €	4,44%
55	Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho	1.621	2,25%	173,10 €	3,08%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	1.541	2,21%	396,85 €	7,07%
Total		71.843	100,00%	5.613,04 €	100,00%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Comparando com o apurado no ano de 2018, constata-se que se assistiu a variações diferenciadas.

Quadro 9 – Distribuição da contratação por CPV: comparação 2018/2019

Descrição CPV	Valor Contratual Homólogo (M€)	%	Valor Contratual Atual (M€)	%
Construção	1.825,75	32,53%	2.384,55 €	42,48%
Equipamento e produtos auxiliares de transporte	141,19	2,52%	249,09 €	4,44%
Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	1.044,05	18,60%	993,78 €	17,70%
Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	349,70	6,23%	396,85 €	7,07%
Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	328,79	5,86%	391,84 €	6,98%
Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	186,36	3,32%	209,00 €	3,72%
Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho	284,93	5,08%	173,10 €	3,08%
Serviços de reparação e manutenção	176,11	3,14%	220,02 €	3,92%
Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	219,08	3,90%	263,78 €	4,70%
Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	237,53	4,23%	331,03 €	5,90%
Total	4.793,50	85,40%	5.613,04 €	100,00%

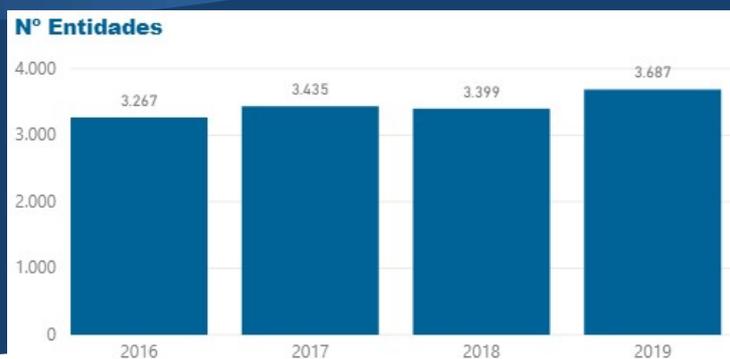
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

8. INTERVENIENTES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

8.1. ENTIDADES ADJUDICANTES

No ano de 2019 foram 3 687 as entidades que procederam a registo de contratos junto do portal BASE. Este número representa um acréscimo de 288 entidades (+8,5%) face a 2018 e um acréscimo de 252 (+7,3%) relativamente ao ano de 2017.

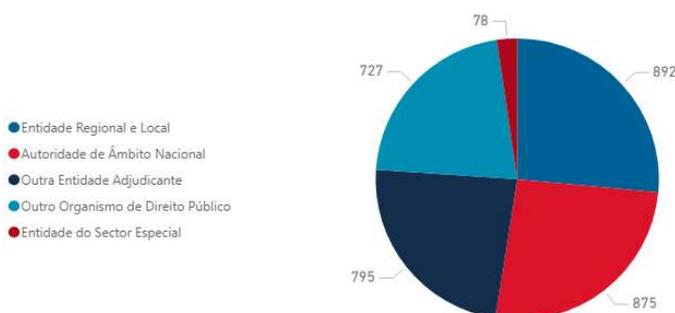
Gráfico 86- Número de Entidades Adjudicantes que reportaram contratos: evolução de 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Estratificando as entidades adjudicantes por tipo, constatamos que são as «Entidades Regionais e Locais» o grupo com maior número (892), seguindo-se as «Autoridades de Âmbito Nacional» (875), as «Outras entidades Adjudicantes» (795), os «Outros Organismos de Direito Público» (727) e «Entidades do Setor Especial» (78).

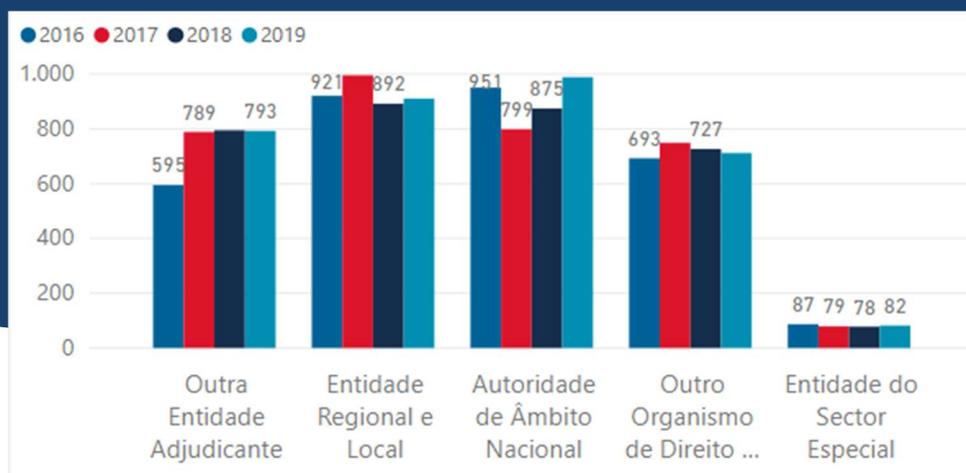
Gráfico 87- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade (2019)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Por comparação com o ano de 2018, houve um acréscimo do número de entidades em três dos segmentos, tendo-se registado uma variação positiva mais significativa nas «Autoridades de Âmbito Nacional».

Gráfico 88- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade: evolução 2016 a 2019



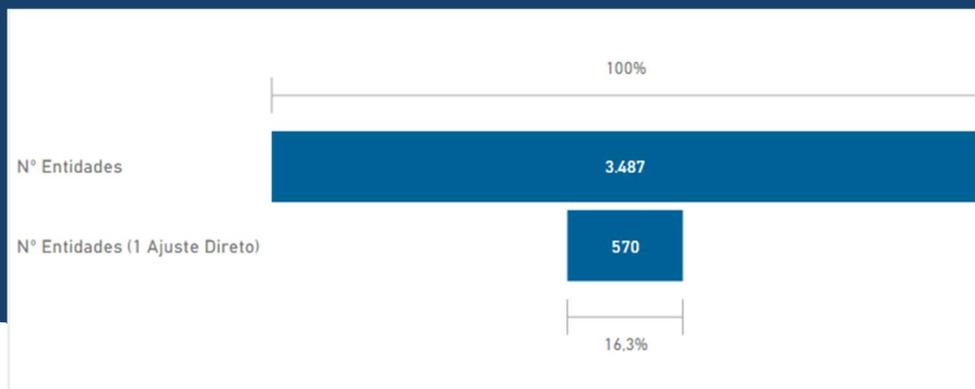
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Apesar do acréscimo de entidades reportantes, o número ainda assim continua a parecer aquém do universo das entidades adjudicantes que, por via da aplicação do Código dos Contratos Públicos, deveriam reportar os procedimentos e contratos ao portal BASE.

Dado que os procedimentos concursais são obrigatoriamente tramitados através de plataformas eletrónicas e estas asseguram a comunicação com o portal, esta subrepresentatividade tenderá a estar, pois, associada às entidades adjudicantes que apenas tenham utilizado o ajuste direto.

Acresce que 16,8% das entidades adjudicantes apenas reportaram 1 contrato por ajuste direto (570).

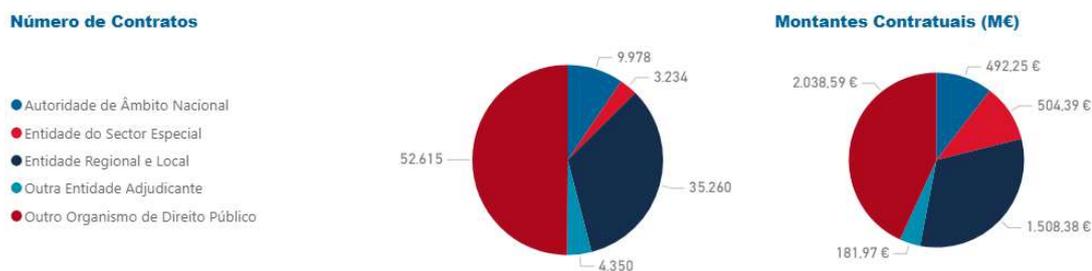
Gráfico 89- Número de Entidades Adjudicantes que reportaram um único contrato por ajuste direto, ou não reportaram qualquer contrato por ajuste direto, tendo reportado outros contratos



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No ano de 2019 foram as entidades que integram os «Outros Organismos de Direito Público» e as «Entidades Locais e Regionais» quem maior representatividade teve no número de contratos celebrados. Nos montantes contratuais surgem igualmente os «Outros Organismos de Direito Público» e como segundo tipo de entidades com maior expressão as «Entidades Locais e Regionais», responsáveis por 31,9% dos montantes contratuais.

Gráfico 90- Contratação pública em 2019 por tipo de Entidade



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

As 10 (dez) entidades adjudicantes com maior montante de valores contratuais celebrados representaram 1 000 milhões de euros, sendo representadas primeiramente pelos Centros Hospitalares de Lisboa Norte e Coimbra.

Quadro 10 – Ranking das Entidades Adjudicantes com maior volume de contratação

Organização	Nº Contratos (Data Publicação)	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE	5.414	45,21%	397,09 €	39,72%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.	2.860	23,88%	276,36 €	27,64%
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.	2.259	18,86%	267,64 €	26,77%
Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E.P.E.	2.652	22,15%	217,37 €	21,74%
CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL E.P.E.	1.822	15,22%	215,70 €	21,58%
Infraestruturas de Portugal	492	4,11%	209,39 €	20,95%
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE (CHLO)	1.654	13,81%	199,50 €	19,96%
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. (CHP)	1.739	14,52%	197,91 €	19,80%
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE (ULSM)	1.912	15,97%	190,86 €	19,09%
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E. P. E.	1.623	13,55%	185,64 €	18,57%
Total	11.975	100,00%	999,69 €	100,00%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

8.2. ADJUDICATÁRIOS

O número de operadores económicos com quem as entidades adjudicantes celebraram contratos foi de 120 032, o que representou um aumento de 19%, face ao número de adjudicatários de 2018 (100 776).

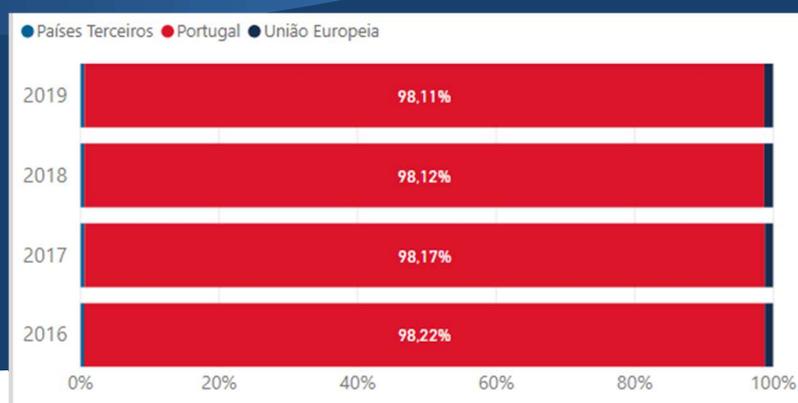
Quadro 11 – Adjudicatários, por nacionalidade

Localização	Nº Adjudicações (Contrato)	Peso
	20	0,02%
Países Terceiros	706	0,59%
Portugal	117.741	98,09%
União Europeia	1.565	1,30%
Total	120.032	100,00%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

A grande maioria dos contratos celebrados no ano de 2019 (117 741, ou seja, 98,1% do número total de adjudicatários) teve co-contratantes sediados em Portugal. Os adjudicatários cuja origem se situa no espaço da União Europeia representaram 1,3% do total de adjudicatários, pertencendo 0,6% a países terceiros.

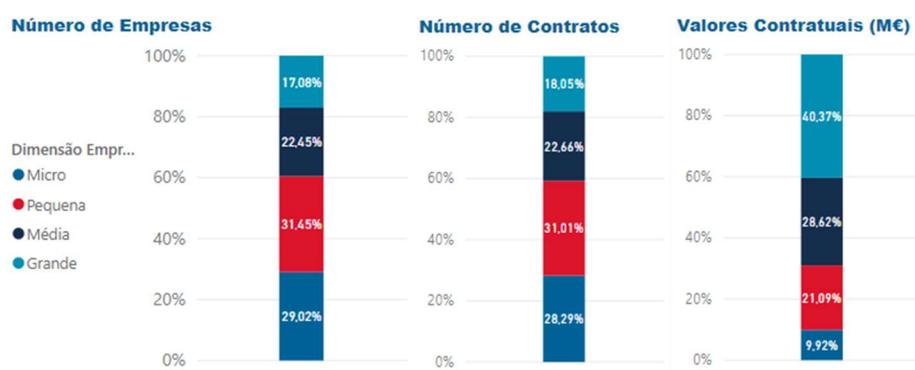
Gráfico 91- Entidades adjudicatárias, por nacionalidade: evolução 2016 a 2019



Com base numa amostra de empresas, representativa do número de contratos e do valor contratual, foi possível caracterizar¹⁸ o tecido empresarial dos adjudicatários com quem, no ano de 2019, foi celebrado pelo menos um contrato público.

Assim sendo, pode-se concluir que os adjudicatários que celebraram contratos públicos no ano de 2019 a nível das Micro Empresas¹⁹ (29,02%), representaram 28,29% do número total de contratos celebrados e somente 9,92% dos montantes contratuais. Analisando as Pequenas e Médias Empresas (PME)²⁰, representaram 53,9% dos adjudicatários, foram responsáveis pela celebração de mais de metade dos contratos (53,67%), a que correspondeu perto de 1/2 dos valores contratuais (49,71%). Por fim, as Grandes Empresas²¹ representaram 17,08% do número total de adjudicatários, tendo celebrado 18,05% dos contratos, a que correspondeu mais de 1/3 (40,37%) dos valores contratuais.

Gráfico 92 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

¹⁸ Caracterização feita de acordo com os critérios estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.

¹⁹ Empresas com menos de 10 trabalhadores e 2 milhões de euros de volume de negócios.

²⁰ Incluindo-se as Pequenas Empresas (empresas com menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros), e as Médias Empresas (empresas com menos de 250 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 50 milhões de euros).

²¹ Empresas com pelo menos 250 trabalhadores e 50 milhões de euros de volume de negócios.

Analisando apenas os contratos de **bens e serviços**, constatamos que o peso das PME é igualmente significativo, representando 52,32% do número de contratos e 41,47% dos montantes contratuais. As Grandes Empresas conseguiram 19,45% dos contratos, que representaram 46,73% dos montantes contratuais.

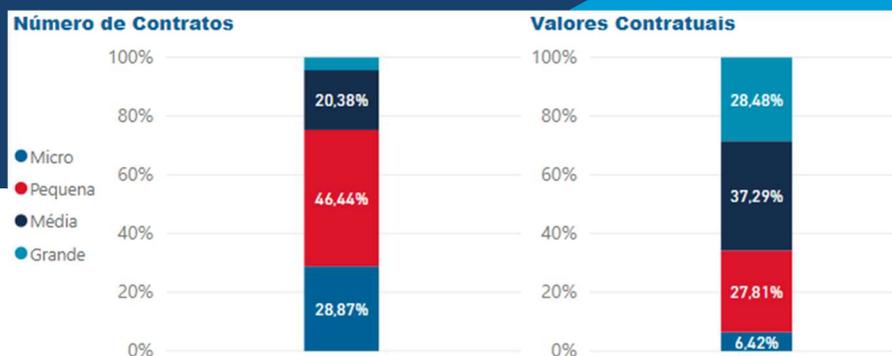
Gráfico 93 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

No que respeita aos contratos públicos relacionados com **obras públicas**, o peso das PME foi bastante significativo (66,82% dos contratos e 65,10% dos montantes contratuais), tendo superado largamente as Grandes Empresas no que que respeita aos valores em causa (28,48% dos montantes contratuais, correspondentes a 4,32% do número de contratos).

Gráfico 94 – Representatividade das entidades adjudicatárias, por dimensão de empresa – Obras Públicas

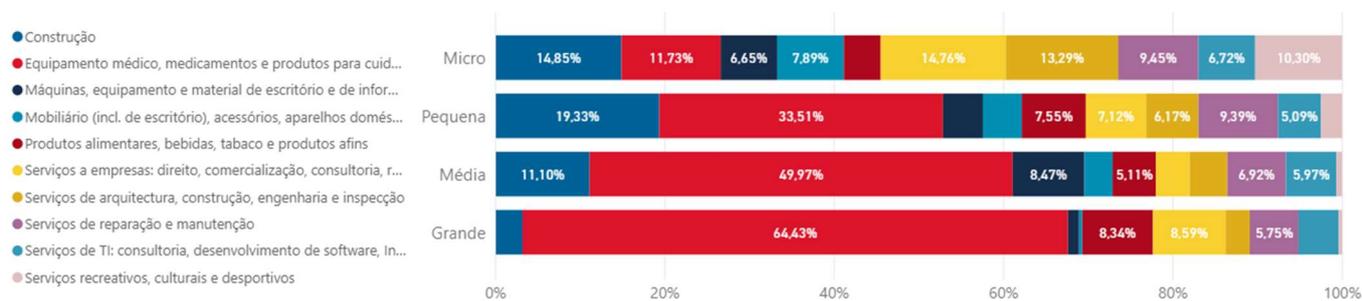


Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Analisando a estrutura de contratos celebrados por dimensão de empresa e por Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), considerando apenas as categorias (divisão de CPV) cujo peso foi superior a 5% em algum dos segmentos de dimensão, conseguimos notar alguma diferenciação.

Desde logo, constata-se que a diversidade aumenta na exata medida em que diminui a dimensão da empresa. À medida que a dimensão das empresas aumenta, os contratos celebrados tenderam, pois, a concentrar-se em algumas categorias de compras.

Gráfico 95 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

A «Construção» é das categorias com maior predominância de contratos, a sua expressão é, maior nas Pequenas empresas (19,33%), Micro empresas (14,85%) e nas Médias empresas (11,10%) do que nas Grandes empresas (3,17%). Associada a esta categoria de contratos, a categoria «Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção» é expressiva no segmento das Micro Empresas (13,29%), e não tanto nas demais dimensões de empresas.

O «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» constituiu uma categoria de contratos com peso relevante na tipologia Grandes empresas, nas quais representou 64,43%.

Quadro 12 – Estrutura dos contratos públicos, por dimensão de empresa e por CPV

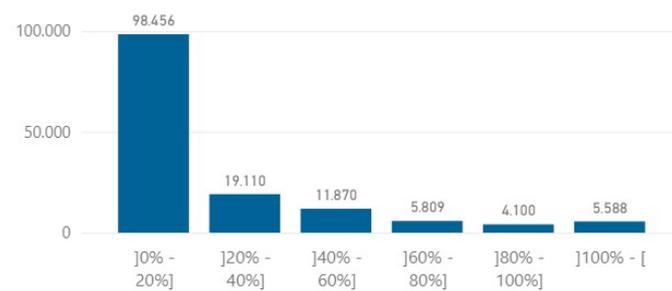
Descrição CPV	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Serviços recreativos, culturais e desportivos	10,30%	2,53%	0,70%	0,44%	3,73%
Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	6,72%	5,09%	5,97%	4,74%	5,66%
Serviços de reparação e manutenção	9,45%	9,39%	6,92%	5,75%	8,19%
Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	13,29%	6,17%	4,43%	2,85%	7,01%
Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	14,76%	7,12%	4,00%	8,59%	8,62%
Produtos alimentares, bebidas, tabaco e produtos afins	4,35%	7,55%	5,11%	8,34%	6,32%
Mobiliário (incl. de escritório), acessórios, aparelhos domésticos (excl. iluminação) e produtos de limpeza	7,89%	4,60%	3,33%	0,39%	4,40%
Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, excepto mobiliário e pacotes de programas (software)	6,65%	4,72%	8,47%	1,31%	5,53%
Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	11,73%	33,51%	49,97%	64,43%	37,27%
Construção	14,85%	19,33%	11,10%	3,17%	13,27%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: portal BASE (outubro 2020)

8.2.1. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS SOBRE O VOLUME DE NEGÓCIOS DOS ADJUDICATÁRIOS

Procurando analisar o impacto que os contratos públicos poderão ter tido ao nível dos adjudicatários, em 67,9% dos casos, o peso dos contratos celebrados em 2019 com uma determinada entidade adjudicante representaram menos de 20% do volume de negócios do operador económico.

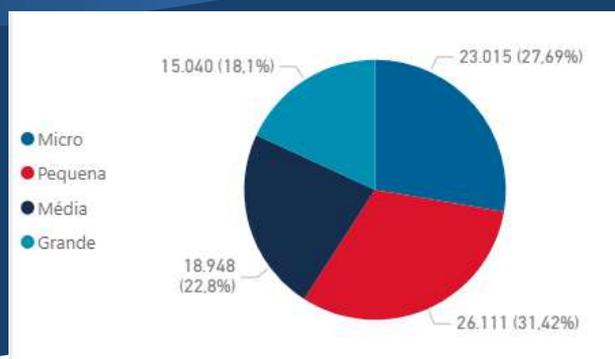
Gráfico 96– Número de situações em que o peso dos contratos celebrados com uma determinada entidade adjudicante em 2019 representou mais de 20% do volume de negócios de 2019 do operador económico



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Das outras situações, destaque para a identificação de 5 588 casos nos quais o valor dos contratos celebrados contratados com as entidades adjudicantes foi superior ao volume de negócios dessas empresas no ano de 2019 (situações justificadas provavelmente pela existência de contratos plurianuais). Destas empresas, a maior fatia (31,42%) respeitava a Pequenas empresas.

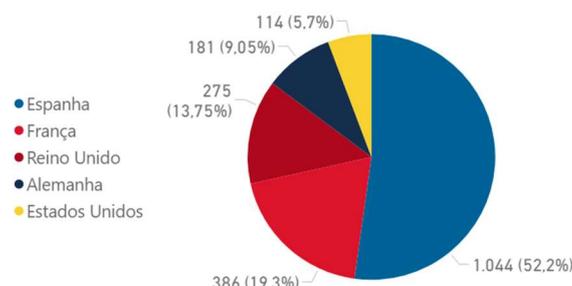
Gráfico 97- Classificação por tipo das empresas cujos contratos públicos celebrados foi superior ao volume de negócios (2019)



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

8.2.2. ORIGEM DOS ADJUDICATÁRIOS NÃO NACIONAIS

Gráfico 98- Número de Entidades Adjudicatárias, por país (2019)



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Por origem, o país com maior representação em número de empresas com as quais foi celebrado, pelo menos, um contrato público foi Espanha (1 044), seguida pela França (386) e o Reino Unido (275).

Os 10 adjudicatários com maior volume de contratos públicos celebrados no ano de 2019 representaram 1 060 milhões de euros do montante global dos contratos reportados ao Portal BASE.

Quadro 13 – Distribuição da contratação por CPV

Organização	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
Mota-Engil SA	26	1,28%	169.185.905,52 €	17,65%
EDP - COMERCIAL, SA	331	12,74%	160.911.997,34 €	16,78%
FERGRUPO – Construções Técnicas Ferroviárias, S.A.	12	0,57%	160.754.813,04 €	16,77%
Sacyr Somague, SA	3	0,29%	130.851.753,88 €	13,65%
Sacyr Infraestructuras, S.A.	1	0,05%	130.463.756,00 €	13,61%
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.	751	33,10%	108.326.783,40 €	11,30%
Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal	56	2,85%	107.185.195,07 €	11,18%
Petrogal, S.A.	412	21,30%	104.691.698,17 €	10,92%
Somafel - engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	12	0,62%	98.238.588,74 €	10,25%
Roche Farmaceutica Química	592	27,67%	92.230.003,26 €	9,62%
Total	2.186	100,00%	958.707.921,01 €	100,00%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

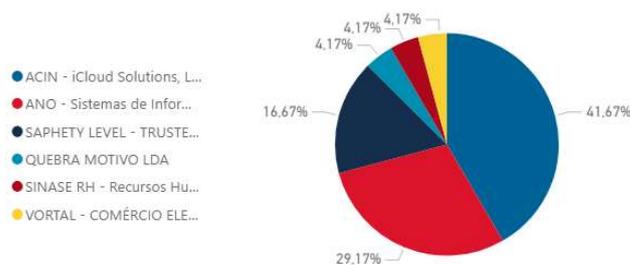
8.3. PLATAFORMAS ELETRÓNICAS

8.3.1. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2019 COM AS PLATAFORMAS ELETRÓNICAS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO

As plataformas eletrónicas da contratação pública são um instrumento central nos mercados públicos, na medida em que por elas são tramitados, obrigatoriamente, os procedimentos concursais. Como vimos²², em 2019 foram responsáveis pela tramitação de 45,5% dos procedimentos iniciados naquele ano, a que correspondeu 81,9% do preço base implícito.

Dos contratos celebrados no ano de 2019 tendo como objeto a aquisição de serviços relacionados com a tramitação em plataforma eletrónica certificada dos procedimentos contratuais, dois fornecedores distinguem-se na quota de mercado – Acin Solutions (acinGov) e Ano – Sistemas de Informação (anoGov) – sendo responsáveis por 70,8% do número total de novos contratos.

Gráfico 99- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada

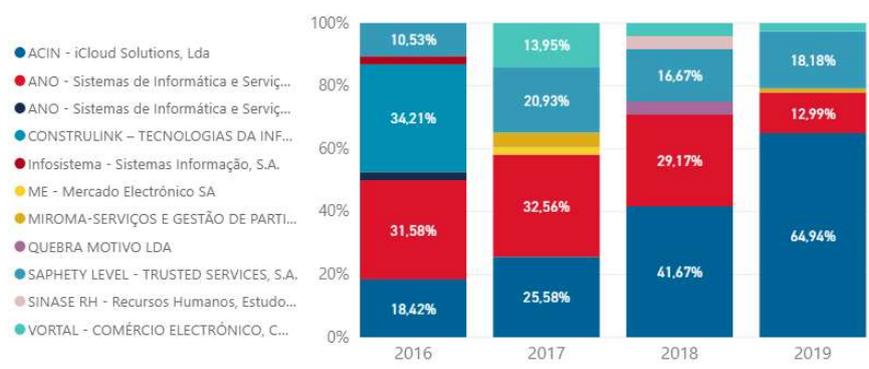


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

²² Cfr. item 2

Face aos anos anteriores, o mercado das plataformas eletrónicas de contratação pública parece ter evoluído numa maior distribuição. De facto, as três empresas com maior quota, representaram 96,1% do mercado em 2019.

Gráfico 100- Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada: evolução 2016 a 2019

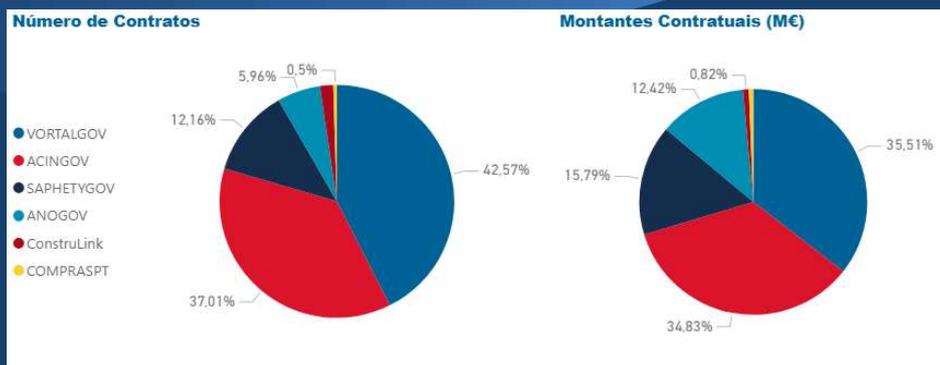


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

8.3.2. CONTRATOS CELEBRADOS EM 2019 POR PLATAFORMA POR ONDE TRAMITARAM OS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS

No que respeita ao peso relativo do número e dos montantes contratuais que foram tramitados por plataforma, verifica-se uma concentração em três plataformas (VortalGOV, acinGov e SaphetyGov), que asseguraram 91,7% do número de contratos reportados ao portal BASE, e representaram 86,1% do montante contratual global.

Gráfico 101- Distribuição do número de contratos e dos montantes contratuais tramitados, por plataforma

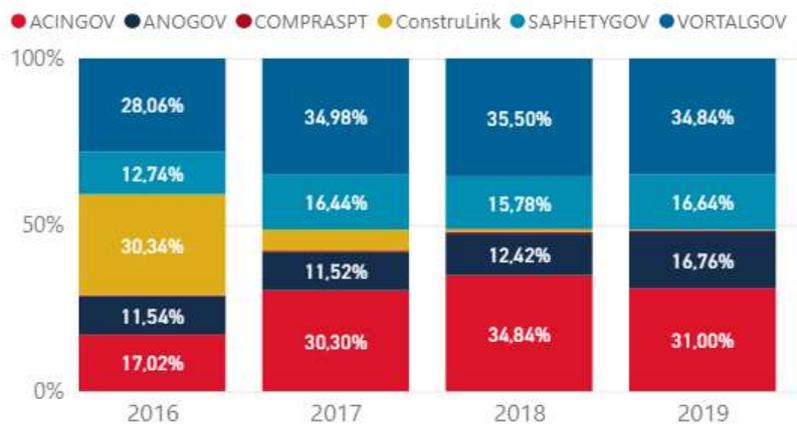


Fonte: portal BASE (setembro 2020)

A VortalGov teve a preponderância no número de contratos (42,57%), e também foi pela plataforma da VortalGov que foi tramitado o maior volume contratual (35,51%) seguida da acinGov, com 37,01% do número de contratos e 34,83% do valor contratual.

Comparando com o ano de 2018, constatou-se um aumento em 4,34 p.p. da relevância da plataforma anoGov, e de 0,86 p.p. da plataforma saphetyGov, face ao mercado global.

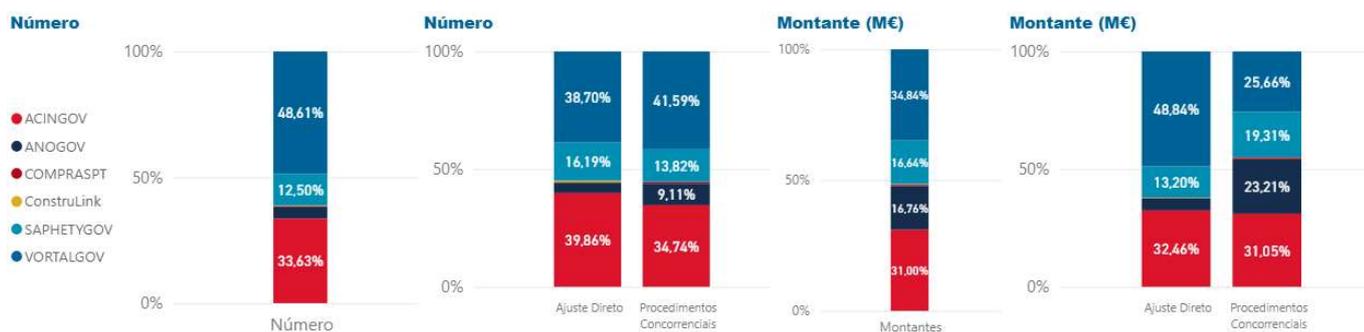
Gráfico 102- Distribuição dos montantes contratuais, por plataforma: evolução 2016 a 2019



Fonte: portal BASE (outubro 2020)

Por tipo de procedimento utilizado, destaque para o peso que a VortalGov registou nos procedimentos concursais quanto ao número de contratos (41,6%) em 2019, e o peso da acinGov, no que respeita aos montantes contratuais dos procedimentos concursais (31,1%).

Gráfico 103- Distribuição dos números e montantes contratuais, por plataforma: ano de 2019



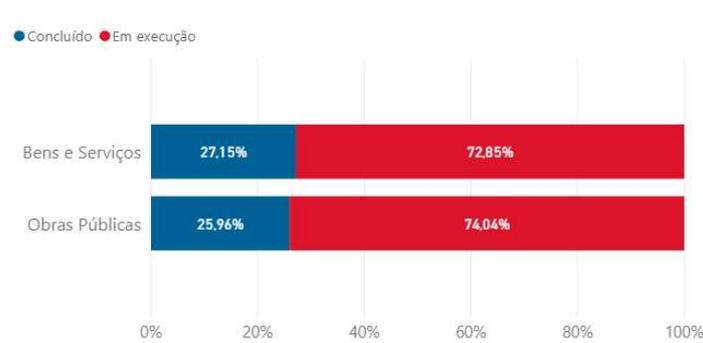
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

9. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

9.1. DESVIO DE PREÇOS²³

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório (dos contratos celebrados que tinham indicação do preço total efetivo), a taxa de conclusão registada era menor no caso dos bens e serviços (27,15%, referente a 36 177 contratos) do que no caso das obras públicas (25,96%, respeitante a 2 855 contratos).

Gráfico 104- Contratos com indicação do preço total efetivo



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Confrontando o valor total efetivo de cada um destes contratos com o preço contratual, constata-se que no caso dos bens e serviços em apenas 0,35% dos contratos o preço total final foi superior ao valor contratualmente definido.

²³ Importa ter em conta que o desvio de preços que aqui é considerado tem a ver com a diferença entre o preço total efetivo do contrato e o preço contratual. Não se entra em linha de conta com a natureza dos sobrecustos; por ausência de informação, tais desvios podem dever-se a trabalhos a mais e/ou a menos, a juros indemnizatórios, etc.

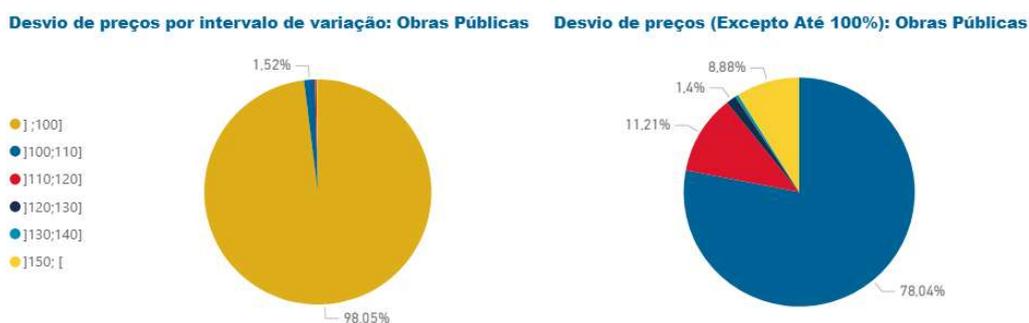
Gráfico 105- Desvios de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No caso das obras públicas o peso dos contratos em que tal situação sucedeu é ligeiramente superior, mas ainda assim com um valor muito pequeno: em apenas 1,52% dos contratos relacionados com obras públicas o valor final foi superior ao valor contratualizado.

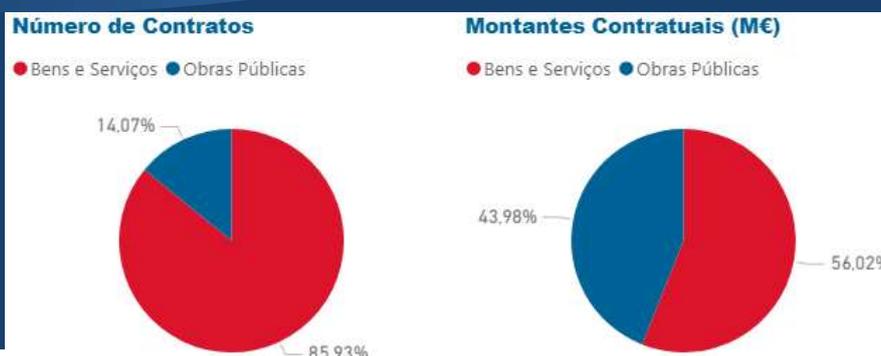
Gráfico 106- Desvios de preços por intervalo de variação: Obras Públicas



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Dos contratos celebrados em 2018 cujo preço total efetivo foi superior ao preço contratual, 86% respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, correspondendo a 56% dos montantes contratuais desse universo.

Gráfico 107- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Por tipo de procedimento, a grande maioria do número de contratos (79%) e 40% do montante contratual respeitaram a contratos que foram precedidos por procedimentos de ajuste direto.

Gráfico 108- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de procedimento



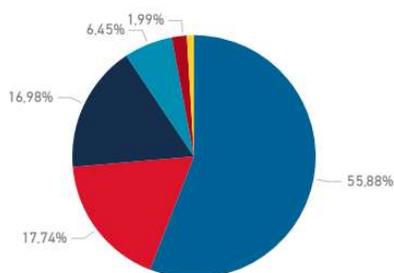
Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Relativamente ao tipo de entidades adjudicantes que celebraram contratos cujo preço final efetivo foi superior ao valor contratual, foi principalmente nos «Outros Organismos de Direito Público» (55,99% dos contratos e 29,02% dos montantes contratuais) e nas «Entidades Locais» (19,27% dos contratos e 23,77% dos montantes contratuais) que tal situação ocorreu.

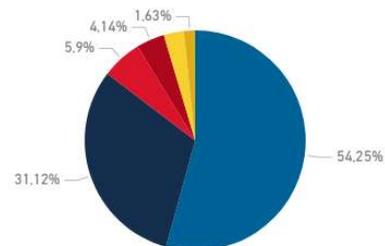
Gráfico 109- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de entidade adjudicante

Número de Contratos

- Outro Organismo de Direito Público
- Entidade Local
- Autoridade de Âmbito Nacional
- Outra Entidade Adjudicante
- Entidade do Sector Especial
- Entidade Regional



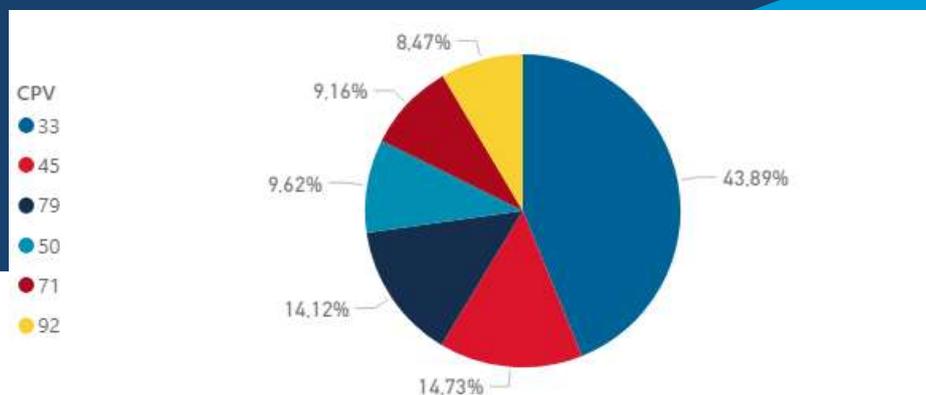
Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

Por tipo de despesa, analisando onde se reportaram o maior número de contratos, destacaram-se o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (43,9%), seguindo-se a «Construção» (14,7%) e os «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (14,1%).

Gráfico 110- Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por CPV (número de contratos)



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

9.2. DESVIO DE PRAZOS

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório, dos contratos celebrados 75,96%, tinham indicação da duração efetiva do contrato (73,9% no caso dos contratos relativos a aquisição de bens e serviços e 99,5% relativamente aos contratos relacionados com obras públicas).

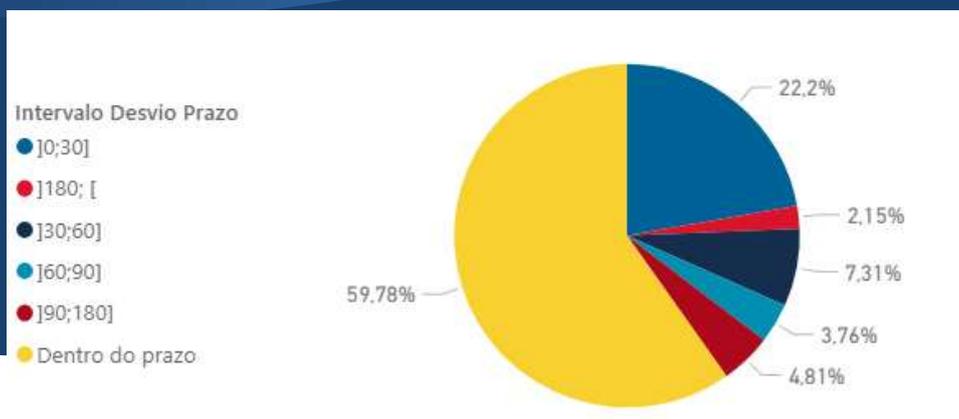
Quadro 14 – Contratos com indicação da duração final do contrato

Tipo Contrato	Nº Contratos (Data de celebração)	Nº Contratos Concluídos	Peso
BS	111.089	82.098	73,90%
OP	9.692	9.646	99,53%
Total	120.781	91.744	75,96%

Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No que respeita ao cumprimento dos prazos de execução contratualmente definidos, no caso dos bens e serviços o prazo contratual não foi respeitado em 40,23% dos contratos. Ainda assim, em apenas 8,57% dos contratos esse prazo foi ultrapassado em mais de 60 dias.

Gráfico 111- Desvios de prazos por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (setembro 2020)

No caso das obras públicas, a maioria dos contratos não foi executado dentro do prazo contratualmente estabelecido, apesar disso em 39,13% dos casos tal prazo foi respeitado. Em 8,7% dos casos o prazo foi mesmo ultrapassado para além dos 60 dias.

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional